

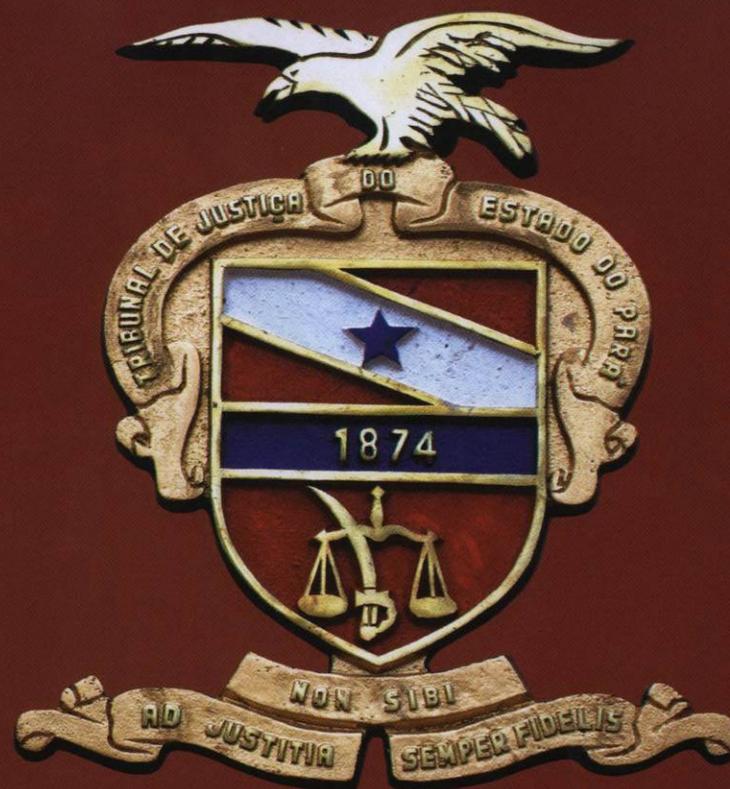


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ



09811

Relatório de Gestão 2007



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Relatório de Gestão 2007

Desembargadora Albanira Lobato Bemerguy
Presidente

PODER JUDICIÁRIO



Tribunal de Justiça
do Estado do Pará

TRIBUNAL PLENO



Desa. Albanira
Lobato
Bemerguy
Presidente



Des. Rômulo
José Ferreira
Nunes
Vice-Presidente



Desa. Luzia
Nadja Guimarães
Nascimento
Corregedora da
Região Metropolitana
de Belém



Des. Constantino
Augusto
Guerreiro
Corregedor das
Comarcas do
Interior

DESEMBARGADORES

Albanira Lobato Bemerguy
Maria Helena D'Almeida Ferreira
Carmencin Marques Cavalcante
Sônia Maria de Macedo Parente
Milton Augusto de Brito Nobre
Raimunda do Carmo G. Noronha
Rosa Maria Portugal Gueiros
Therezinha Martins da Fonseca
Rômulo José Ferreira Nunes
Eronides Sousa Primo

Luzia Nadja Guimarães Nascimento
João José da Silva Maroja
Vânia Valente do C. F. Bitar Cunha
Raimundo Holanda Reis
Maria Rita Lima Xavier
Eliana Rita Daher Abufaiad
Brígida Gonçalves dos Santos
Vânia Lúcia Silveira A. da Silva
Constantino Augusto Guerreiro
Maria de Nazaré G. dos Santos

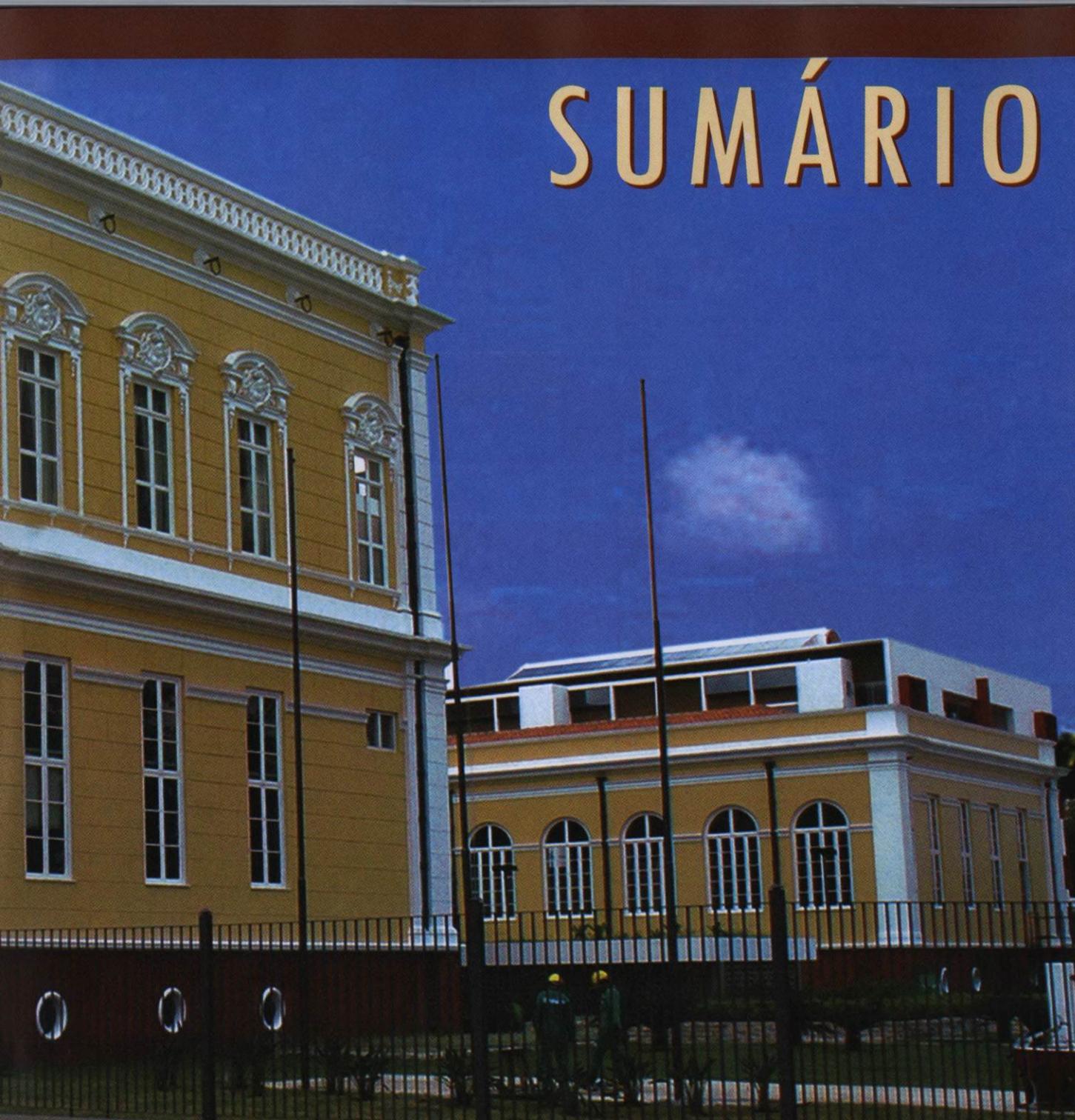
Ricardo Ferreira Nunes
Maria Angélica R. Lopes dos Santos
Leonardo de Noronha Tavares
Marneide Trindade Pereira Merabet
Cláudio A. Montalvão das Neves
Maria do Carmo Araújo e Silva
Célia Regina de Lima Pinheiro
Maria de Nazaré Saavedra Guimarães
Dahil Paraense de Souza.





TRIBUNAL DE JUSTIÇA

3
PRAÇA ARCADES
TRINIDADE, RIO DE JANEIRO, RJ, BRASIL
CEP 20030-900



SUMÁRIO

8

MENSAGEM DA PRESIDENTE

12

PALAVRA E AÇÃO

14

PROGRAMA DE GESTÃO

21

AÇÕES DA VICE-PRESIDÊNCIA

23

AÇÕES IMPLEMENTADAS

- Regionalização judiciária
- Atuação das Corregedorias
- Expansão dos Serviços Judiciais
- Investimentos em Infra-estrutura Física

49

ENFRENTANDO DESAFIOS

- Semana Nacional de Conciliação
- Tecnologia da Informação
- Ações Administrativas

70

ESTATÍSTICAS DO PODER JUDICIÁRIO

85

FUNDO DE REAPARELHAMENTO DO JUDICIÁRIO

93

SÍNTESE DA AGENDA

Mensagem da Presidente



Poucas situações de vida podem ser tão gratificantes como aquela que nos proporciona a consciência do cumprimento de deveres, honrando compromissos assumidos. Ao concluir a metade do mandato com que os eminentes colegas magistrados me distinguiram, conforta registrar um balanço altamente positivo.

Muitos e imensos eram os desafios que se apresentavam para a minha gestão. Meus antecessores, ao seu tempo de cada um e conforme as realidades de cada momento legaram ao Poder Judiciário sucessivas realizações, construindo os muitos capítulos que vão compondo a história da magistratura paraense.

Tinha diante de mim, igualmente, as históricas carências orçamentárias. Os recursos sempre insuficientes para atendimento das necessidades correntes e demandas crescentes, num Estado em que os estimuladores de conflitos e repercussões na Justiça se multiplicam em todos os quadrantes.

Pesam, ainda, a violência crescente e a sua desproporcionalidade em relação

aos meios e instrumentos institucionais que lhe são inerentes. São muitas as dificuldades estruturais para corresponder aos direitos e deveres assegurados ao cidadão no estado democrático de direito vigente no país.

Outra linha de ocorrência aponta para a evolução das práticas atribuídas às chamadas organizações criminosas. Exige tratamento apropriado e comportamento adequado, inclusive em questões de segurança tanto de presos como de magistrados da área criminal responsáveis pelos respectivos processos.

Fora da esfera direta do Poder Judiciário, mas integrante do sistema de segurança pública e Justiça, tem se agravado a situação carcerária no Estado. A superpopulação das carceragens gera sérios problemas para todos os entes envolvidos, numa escala sempre crescente e difícil de ser controlada.

Igual
deficiência ocorre nos
quadros do Ministério
Público e na Defensoria
Pública, desprovidos de
número de promotores e
defensores para atendimento
da tramitação processual. A
conseqüência mais imediata e visível
é a lentidão processual, repercutindo
na custódia de presos por períodos mais
longos.

O quadro que se descortinava à
minha frente impunha perseverar na
consolidação dos avanços até então
realizados, despontando uma nova sede
do TJE, a instrumentalização tecnológica
das Comarcas e a ampliação dos espaços
de atuação da Justiça, até onde havia
chegado a presença do Judiciário.

Encontrei, assim, uma série
de situações a reclamar atenção
permanente e ações compatíveis
imediatas, procurando atender
as premências e olhar em
frente. As dimensões
estaduais, as
comunicações

difíceis e as expectativas cada vez mais
exigentes integram um conjunto de problemas
que precisam ser superados.

Seriam os componentes dos meus “novos
essenciais”, como destaquei em meu discurso de
posse, contemplando a reestruturação de Varas
e fortalecimento das Comarcas, na capital e no
interior. Minha experiência de juizado apontava
para a importância da continuada melhoria no
atendimento aos jurisdicionados.

Ganhou relevância, nesse contexto, o
processo de regionalização e interiorização
da Justiça, objetivando a atividade
ininterrupta das instâncias, com base em
pólos como suportes dos meios e recursos
necessários. Com isso também se reduzia as
distâncias humanizando as relações entre o
Judiciário e os que a ele recorrem.

Este relatório constitui-se mais um
documento destinado a retratar e apresentar aos
Excelentíssimos Senhores Desembargadores,
Juizes, Serventuários e à sociedade, uma visão
das atividades que venho desenvolvendo na
Presidência do TJE. É a contribuição de meu
trabalho à história do nosso Poder Judiciário.

Desembargadora Albanira Bemerguy
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado



Palavra e Ação

Cada linha de meu discurso de posse refletiu a minha vivência na magistratura, a experiência no trato humanístico da Justiça e o propósito de trabalhar na continuada melhoria da prestação jurisdicional. Assumi características de pré-programa administrativo e operacional ao que me propunha no exercício de função tão nobre quanto a alta carga de responsabilidade que concentra.

Este relatório poderia, por isso, se resumir tão somente à reprodução desse discurso, em que o conteúdo, já consubstanciava um plano de realizações que, longe de se constituir uma carta de intenções, corporificou uma plataforma de realizações. Demonstraria, ao mesmo tempo, a formulação de propostas concretas e as etapas destinadas à sua concretização.

Contraopondo a uma época em que os discursos costumam guardar imensa distância da prática, tenho insistido na reprodução de passagens da minha fala naquele primeiro de fevereiro de 2007. É uma forma de prestar contas à minha própria consciência, aos diferentes segmentos do Poder Judiciário e à sociedade a quem devemos servir.

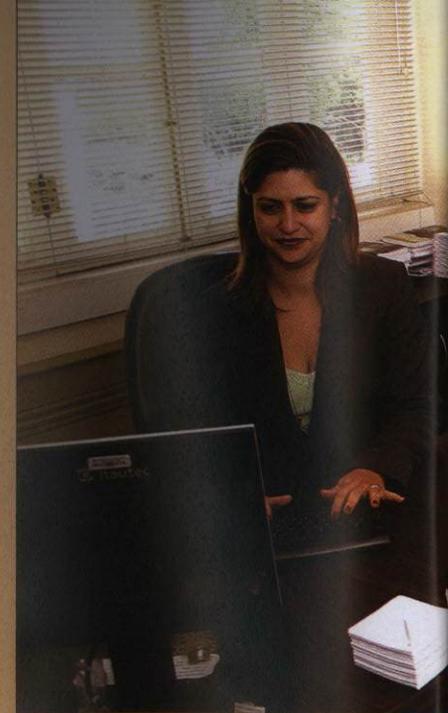
Quatro décadas de magistratura me permitem saber das dificuldades das Comarcas. Prometi fazer tudo quanto estivesse ao meu alcance para melhorar

as condições de trabalho, indispensáveis a uma justiça processualmente célere, tecnicamente efetiva, socialmente eficaz e politicamente independente, como prognosticou o ministro Celso de Melo.

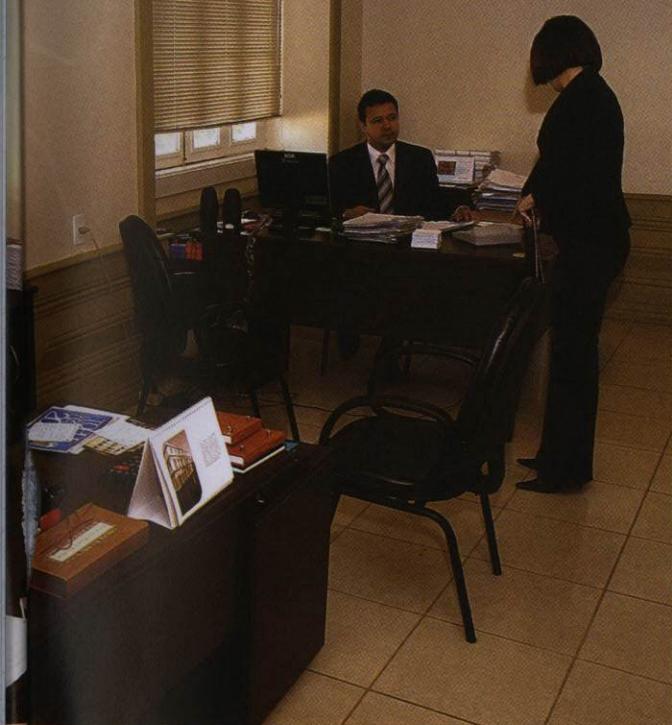
Minha perseverança no cumprimento dos objetivos e metas alimenta o meu dia-a-dia de trabalho, apoiado nas inspirações e pensamentos altamente positivos, enquanto invoco a proteção Divina. O desempenho da magistratura, como a entendo, exige vocação e devoção, juntamente com o equilíbrio e serenidade que devem prevalecer no julgador.

Passei, imediatamente, da palavra à ação. Um Programa de Ações Prioritárias, logo em seguida à posse, definiu e detalhou as realizações com que pontuaria a minha administração. No decurso desses doze meses, têm sido plenamente cumpridas as etapas e executadas as tarefas que contemplam cada componente do roteiro estabelecido.

Em cada item está inserido um componente do programa, com a respectiva ação específica. Corpori-



...meu maior desafio na Presidência era construir novos andares no majestoso edifício de nossa história, obra com alicerces firmes e confiáveis, a começar pela minha disposição em lutar até os limites das minhas forças...



fica a missão de resolver os conflitos de interesses da população, garantindo as liberdades, assegurando os direitos e promovendo a paz social, tal como preceituam os estatutos legais, liderados pela Constituição Federal, e os requisitos da cidadania.

Naturalmente, as ações e prioridades estão condicionadas a fatores externos como seus disciplinadores institucionais. Reforma constitucional e alterações infraconstitucionais, por exemplo, guardam

relação direta com a acessibilidade, rapidez e qualidade da prestação jurisdicional, completadas pela modernização da gestão e suas repercussões operacionais.

O programa de ações prioritárias também observa o indispensável equilíbrio fiscal. Foi estabelecido um sistema rígido de controle e execução orçamentária, objetivando a potencialização dos recursos e prevenir eventuais acidentes de natureza econômico-financeira no país e seus efeitos na cadeia federativa dependente

de sua condução.

Há, ainda, um conjunto de fatores e ocorrências que acabam por desaguar na esfera do Judiciário. A região e, particularmente, o Pará, tem experimentado crescente fluxo migratório, atraído pelos projetos em desenvolvimento, a exploração de riquezas e a abertura de vias de transporte, por onde não param de chegar centenas de imigrantes.

Esse fenômeno, motivado, ainda, pelo desemprego e falta de qualificação profissional, traz como conseqüência inevitável a geração de conflitos e litígios, chegando à violência e criminalidade. Requerem a presença cada vez mais efetiva da Justiça e a atuação mais ágil dos seus operadores que, para isso, precisam de condições e instrumentais para trabalhar.

Por outro lado, deve ser considerada a necessidade de adequar a estrutura e funcionamento do Judiciário à velocidade das conquistas humanas e o conseqüente aumento das expectativas e exigências da sociedade. A informatização das Comarcas já havia sido um grande avanço nesse sentido. Cumpre, agora, a sua ampliação e atualização tecnológica.

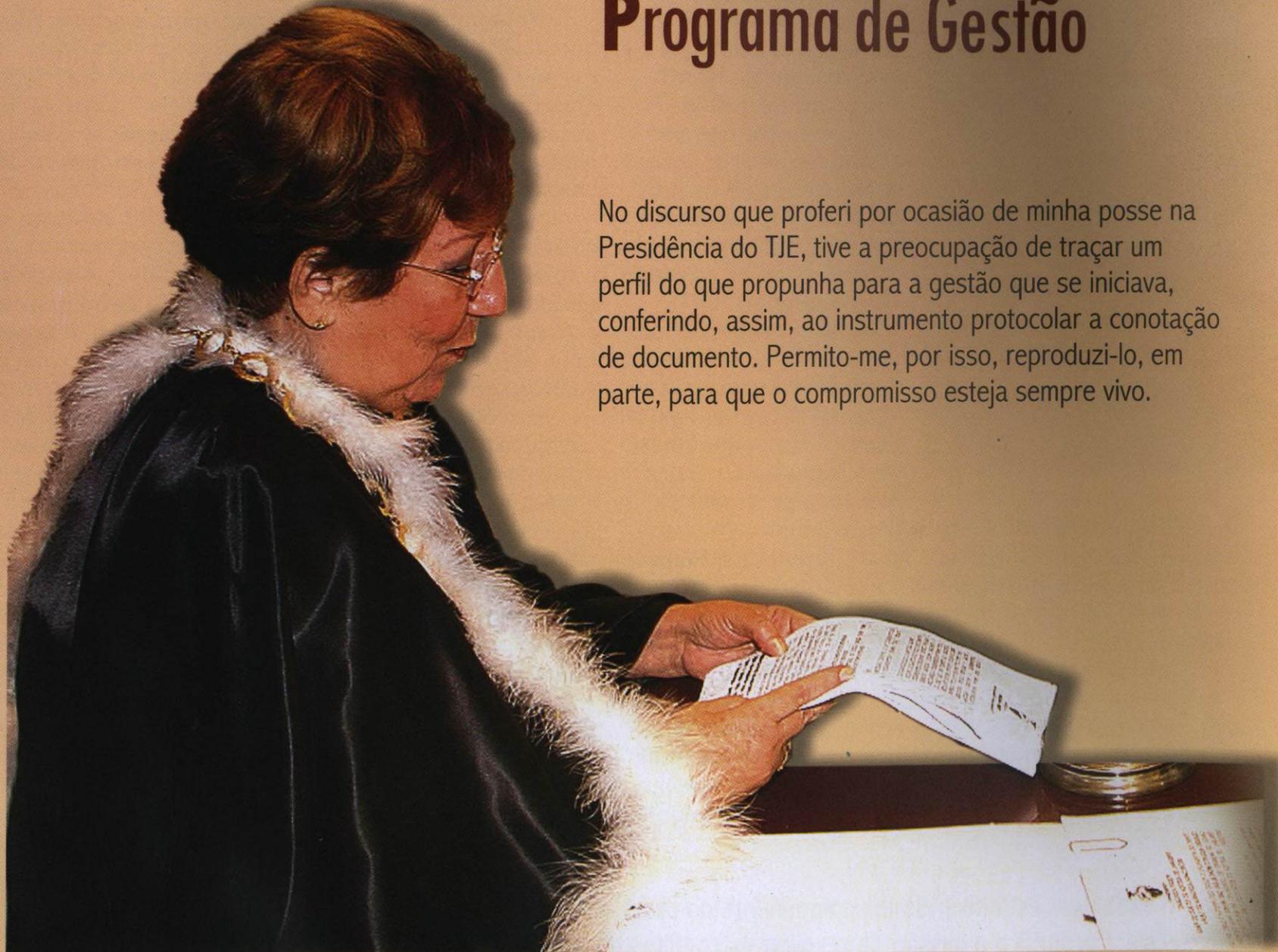
As etapas de Ações Prioritárias já cumpridas, incorporam significativos avanços em busca da consecução dos objetivos finais. As realizações observam um processo lógico, com princípio, meio e fim. Nessa cronologia, as partes básicas e fundamentais vão se interligando, até completarem, ao final do biênio da atual gestão, o todo da estrutura delineada para ser implantada no período.

Em cada item está inserido um componente do programa, com a respectiva ação específica. Corporifica a missão de resolver os conflitos de interesses da população, garantindo as liberdades, assegurando os direitos e promovendo a paz social...



Programa de Gestão

No discurso que proferi por ocasião de minha posse na Presidência do TJE, tive a preocupação de traçar um perfil do que propunha para a gestão que se iniciava, conferindo, assim, ao instrumento protocolar a conotação de documento. Permito-me, por isso, reproduzi-lo, em parte, para que o compromisso esteja sempre vivo.



A jornada para chegar até aqui foi longa e extremamente difícil, mas nunca me arrependi de ter abraçado a carreira da magistratura. Muito pelo contrário, agradeço sempre a Deus por me ter concedido esta vocação, pois conservo a crença de que não existe ideal mais nobre e mais elevado que o de distribuir justiça, notadamente numa região colossal como esta Amazônia e num Estado de dimensões territoriais imensas como o nosso Pará.

Essa realidade se diferencia em relação à maioria das regiões do País, e aumenta a responsabilidade do Poder Judiciário desincumbir-se de sua missão a contento, mesmo que contingências de toda ordem tentem arrefecer nossos ânimos e antepor-se às nossas pretensões de levar a Justiça, a tempo e a hora, a todos os rincões do Estado.

Por isso, faço questão de mencionar e louvar a atuação dos nossos juízes e das nossas juízas, titulares das Comarcas da capital e do interior.

Por experiência própria, sei das dificuldades que os magistrados enfrentam em suas Comarcas e em respeito a todos eles prometo que, o que estiver ao meu alcance, haverei de fazer para proporcionar a esses eminentes colegas melhores condições de trabalho para que os jurisdicionados encontrem guarida para os seus anseios de justiça.

O meu grande e único desafio não será outro senão o de construir novos andares no majestoso edifício da nossa história. O essencial, felizmente, já foi feito, mas, como tudo o que é histórico, constitui apenas o essencial de cada época e de cada situação. É preciso, pois, vislumbrar novos essenciais – permitam-me usar esta expressão – os essenciais de hoje, os essenciais de agora.

“ A jornada para chegar até aqui foi longa e extremamente difícil, mas nunca me arrependi de ter abraçado a carreira da magistratura. Não existe ideal mais nobre e mais elevado que o de distribuir justiça, notadamente numa região colossal como esta Amazônia e num Estado de dimensões territoriais imensas como o nosso Pará. ”

“ ...Faço questão de mencionar e louvar a atuação dos nossos juizes e das nossas juizas, titulares das Comarcas da capital e do interior...

Por experiência própria, sei das dificuldades que os nossos magistrados enfrentam em suas Comarcas e em respeito a todos eles...”

Assim, desde logo, convoco todos os meus colegas, desembargadores e juizes para superar o desafio de aprimoramento intelectual da magistratura paraense, não apenas a do primeiro grau de jurisdição, mas também e, sobretudo, a da superior instância, de onde emanam as nossas diretrizes institucionais e de quem espero contar no compartilhamento das decisões.

Penso, igualmente, com o objetivo de estimular os trabalhos da Magistratura, um Centro de Apoio Operacional que ofereça aos magistrados informações e suporte técnico-tecnológico para garantir maior eficiência e celeridade nas suas decisões.

Neste diapasão lanço a proposta da racionalização das pautas de julgamento do tribunal, realizando seções temáticas e imprimindo maior celeridade nos julgamentos de causas que gerem repercussão social e não apenas às partes e procuradores.

Creio que seria frutífera, para não dizer indispensável, prosseguir a integração interinstitucional com a celebração de termos de cooperação com instituições de interesses comuns como a OAB, o Ministério Público, a Procuradoria do Estado, a Defensoria Pública, Universidades, Fazenda Pública, dentre outros, para troca de experiências e de informações. Nunca é demais enfatizar que uma boa formação profissional é condição fundamental para o desempenho das múltiplas atividades jurídicas, seja no âmbito da advocacia, da magistratura e do Ministério Público.

Saibamos aproveitar a chamada crise da Justiça, que todos diagnosticam, mas poucos se dispõem a enfrentar, porque não querem, ou porque

não sabem o que fazer para superá-la. A partir dessa crise nos lancemos a ouvir o outro, trocar experiências e compartilhar informações, até porque sabemos que só os ingênuos se consideram capazes de aprender tudo sem sair do lugar, no isolamento em que se encontram.

Tenho, também, por objetivo prioritário, a adoção de mecanismos ágeis e confiáveis para enfrentar, jurisdicionalmente, a criminalidade de maior poder ofensivo, sobretudo a que implicar violações de direitos humanos.

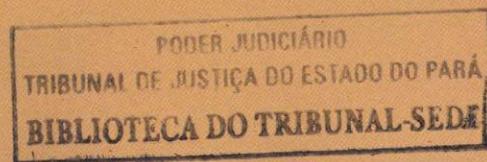
No plano cível, pelos excelentes resultados advindos dessa feliz experiência, é de se investir pesado nos mecanismos de conciliação, de modo a reduzir a litigiosidade das questões e, conseqüentemente, a necessidade de provimentos jurisdicionais para resolvê-las. Nesse sentido, acredito que devemos não só aparelhar melhor os juizados especiais, como deflagrar uma ampla campanha publicitária, para mostrar à população os ganhos efetivos, que representam para toda a sociedade, as soluções negociadas dos seus conflitos.

Da mesma forma, imagino que seria do maior alcance estimular-se a justiça itinerante, de modo a levarmos a prestação jurisdicional aos rincões mais remotos do nosso Estado, onde, por circunstâncias várias e de todos conhecidas, ainda se mostra difícil a fixação de juizes e promotores de justiça.

Para a área administrativa, nossa conduta foi a de antecipadamente identificar e avaliar com a área técnica os projetos e ações que visam consolidar e tornar efetivos os serviços já implantados, bem como programar outros que justifiquem novos investimentos.

“ ...O meu grande e único desafio não será outro senão o de construir novos andares no majestoso edifício da nossa história...

O essencial, felizmente, já foi feito, mas, como tudo o que é histórico, constitui apenas o essencial de cada época e de cada situação. É preciso, pois, vislumbrar novos essenciais - permitam-me usar esta expressão - ... ”



“ ...É nosso dever preservar e transformar.

Transformar para preservar, sob a ética e a ótica da continuidade de esforços e da busca cooperativa do melhor...

Penso, igualmente, com o objetivo de estimular os trabalhos da Magistratura, um Centro de Apoio Operacional que ofereça aos magistrados informações e suporte técnico-tecnológico... ”

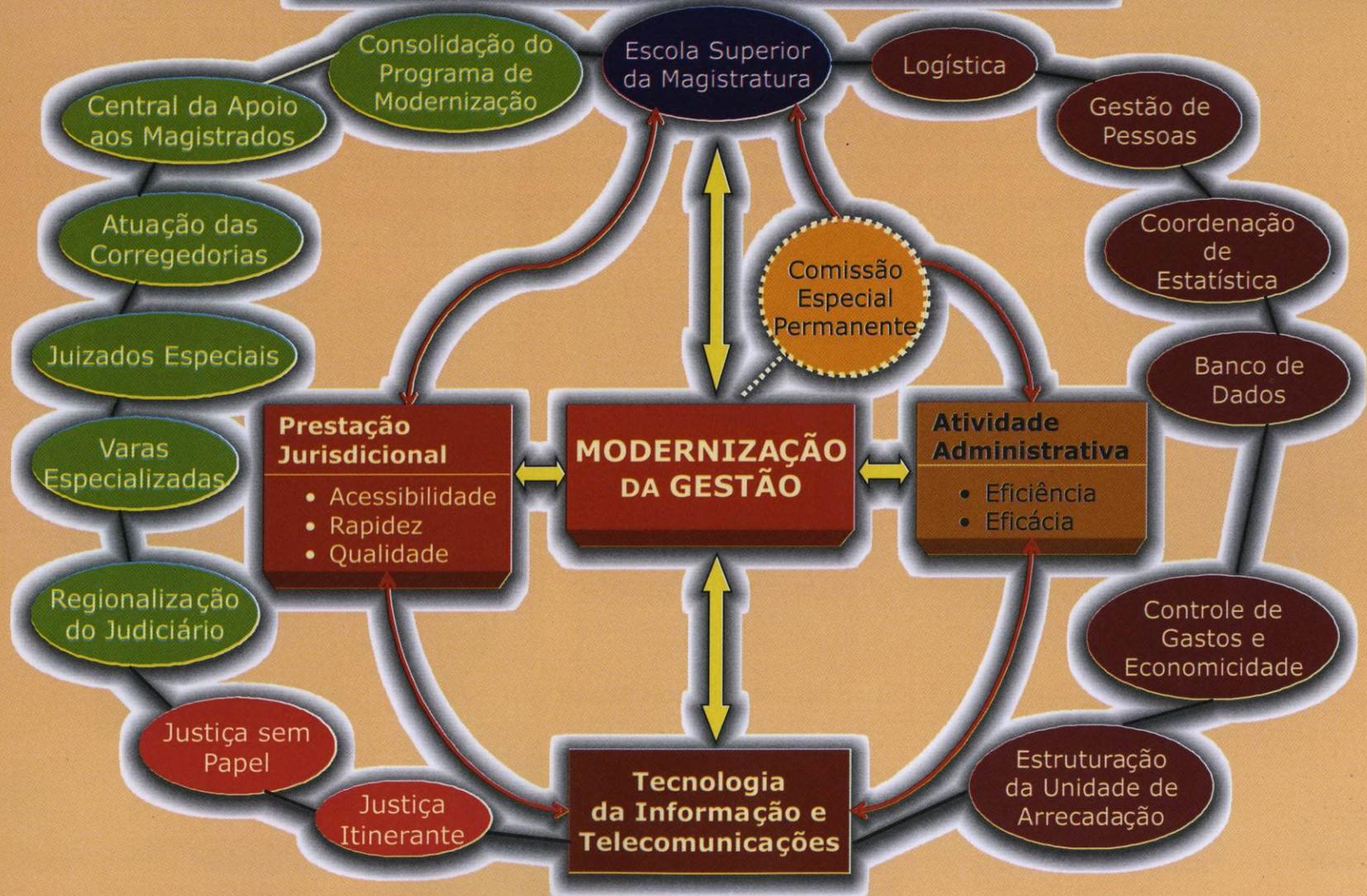
Para desfrutar de uma gestão integrada e alinhada, tanto no âmbito da prestação jurisdicional quanto no da área administrativa, estamos propondo Comissão de Magistrados, Serventuários e Servidores e também a criação de um Conselho Técnico-Administrativo para, sob minha direção, estabelecer diretrizes e definir as demais prioridades do meu plano de trabalho.

O Programa de Trabalho concebido para o biênio 2007/2009, está comprometido com a manutenção do equilíbrio fiscal e busca os seguintes objetivos:

- Expansão e melhoria de qualidade dos serviços judiciais;
- Garantia do pleno funcionamento da infraestrutura judiciária;
- Promoção de maior controle e eficiência na tramitação processual através da padronização de procedimentos e da consolidação do processo de modernização tecnológica;
- Expansão, gestão e controle da arrecadação judiciária;
- Melhoria no perfil dos gastos;
- Gestão e controle dos depósitos judiciais;
- Implantação da descentralização administrativa;
- Administração do déficit do Poder Judiciário (recursos humanos e materiais).

Finalmente, garantindo o equilíbrio fiscal e consolidando a arrecadação de recursos de modo a possibilitar o alcance dos objetivos propostos, as prioridades embora definidas, poderão ser adequadas se as conjunturas internas e/ou externas assim o exigirem.

Programa de Ação – Biênio 2007/2009



VICE-PRESIDÊNCIA DO TJE
Distribuição por Órgãos Julgadores - 2007

Órgãos Julgadores	Meses										
	Fev	Mar	Abr	Maio	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez ⁽¹⁾
Tribunal Pleno	29	32	22	18	33	35	21	17	17	20	12
Conselho da Magistratura	14	15	03	10	07	01	08	04	03	03	02
Câmaras Criminais Reunidas	107	252	115	152	150	158	218	167	185	171	126
Câmaras Cíveis Reunidas	23	26	25	30	24	34	50	35	38	27	22
1ª Câmara Criminal Isolada	18	26	17	20	19	20	32	09	29	27	18
2ª Câmara Criminal Isolada	09	17	10	11	19	-	18	20	40	18	09
3ª Câmara Criminal Isolada	11	15	28	33	22	24	42	10	27	25	12
1ª Câmara Cível Isolada	246	165	107	112	109	71	48	103	134	119	89
2ª Câmara Cível Isolada	137	158	164	83	60	99	76	63	114	102	84
3ª Câmara Cível Isolada	37	78	71	101	61	61	394	86	73	49	21
4ª Câmara Cível Isolada	-	201	711	205	116	92	99	106	102	65	56
Total	631	985	1.273	775	620	595	1.006	620	762	626	451
Número de Ofícios Expedidos no Ano					300						

Fonte: Gabinete da Vice-Presidência/Secretaria de Informática - TJE

(1) Não consta distribuição no período de Dezembro no que tange o Recesso Forense (dias 20/12/2007 a 06/01/2008).

Fluxo dos Recursos Especiais - 2007

Fluxo	Nº. de Processos
Dado seguimento	21
Negado seguimento	417
Total	438

Fonte: Gabinete da Vice-Presidência/Secretaria de Informática - TJE

Ações da Vice-Presidência

As ações desenvolvidas pela Vice-Presidência no ano de 2007, concentraram-se no sentido de gerir as Câmaras Cíveis e Criminais Reunidas, propiciando plenas condições a efetiva prestação jurisdicional e viabilizar a distribuição dos feitos no âmbito do 2º Grau, auxiliar na supervisão e fiscalização das atividades da Secretaria Geral do Tribunal, além de fazer por delegação de competência da

Presidência, juízo da admissibilidade dos recursos interpostos para o Superior Tribunal de Justiça.

Neste sentido, efetuou-se a baixa e recebimento de processos e expedientes; procedeu-se a análise de recursos especiais; controle permanente de arquivos e processos e encaminhou-se relatório mensal aos desembargadores sobre a distribuição e o fluxo dos processos.



Vice-Presidente Des. Rômulo Nunes e membros da equipe da assessoria da Vice-Presidência



Desa. Albanira Bemerguy, com Dra. Ângela Salles, Presidente da OAB-PA.; Desa. Nadja Nascimento; Procurador Ibraim Rocha; Desa. Raimunda Noronha; Juízes Paulo Jussara e Marco Castelo Branco, por ocasião das solenidades da inauguração do Fórum Criminal da Capital



Dêsa. Albanira Bemerguy entrega o Fórum Criminal com modernas instalações, permitindo maior celeridade dos processos

Ações Implementadas

As ações desenvolvidas no âmbito do Judiciário paraense, no ano de 2007, foram decorrentes do direcionamento dos investimentos que expandiu a interiorização, promoveu a capacitação dos magistrados e demais servidores, fortaleceu a justiça de primeiro grau - ampliando instalações físicas, com destaque para o Fórum Criminal da Capital, incorporando novas tecnologias - e promoveu Eventos Técnicos, na capital e no interior.

Graças à confiança e ao apoio dos colegas magistrados foi possível, a despeito das necessidades e percalços, a fixação e/ou alteração das Varas em Marituba, Redenção, Tucuruí, Altamira, Benevides, Abaetetuba, Itaituba e Icoaraci. Foram especializadas as Varas de Família da Capital e descentralizada num primeiro momento para Santarém e Marabá, a execução penal no Estado, antes restrita a Belém. Foi também viabilizada a instalação de mais uma Vara da Fazenda Pública estadual na Capital.

Prosseguindo, foram instaladas Centrais e Núcleos de Execução de Penas e Medidas Alternativas nas Comarcas-sede de Regiões Judiciárias do interior do Estado, entre as quais citamos Santarém, Marabá, Soure, Breves, Tucuruí e Itaituba.



Desa. Albanira Bemerguy participa do Fórum de Debates da Região Norte



Desa. Albanira Bemerguy em visita ao Centro de Recuperação, em Castanhal

Regionalização Judiciária

A reorganização do espaço físico-administrativo frente à necessidade de expansão dos serviços judiciais, e a disponibilização de meios tecnológicos que possibilitem a comunicação integrada entre as Comarcas, levou-nos a propor um novo modelo de Regionalização Judiciária que viabilize a coordenação e controle administrativo, através da criação de **Pólos Regionalizados**, buscando, ao mesmo tempo, garantir a descentralização administrativa através da revisão de municípios que integravam a regionalização anterior.

A revisão da estrutura das Regiões Judiciárias tornou-se assim necessária para assegurar, primeiramente, a classificação de novos municípios que ainda não integravam essa estrutura, bem como a adequação face às recentes mudanças dos acessos viários e a implementação de atividades econômicas que determinaram substancial alteração nos perfis dos municípios paraenses.

Os parâmetros que orientaram os estudos levaram em

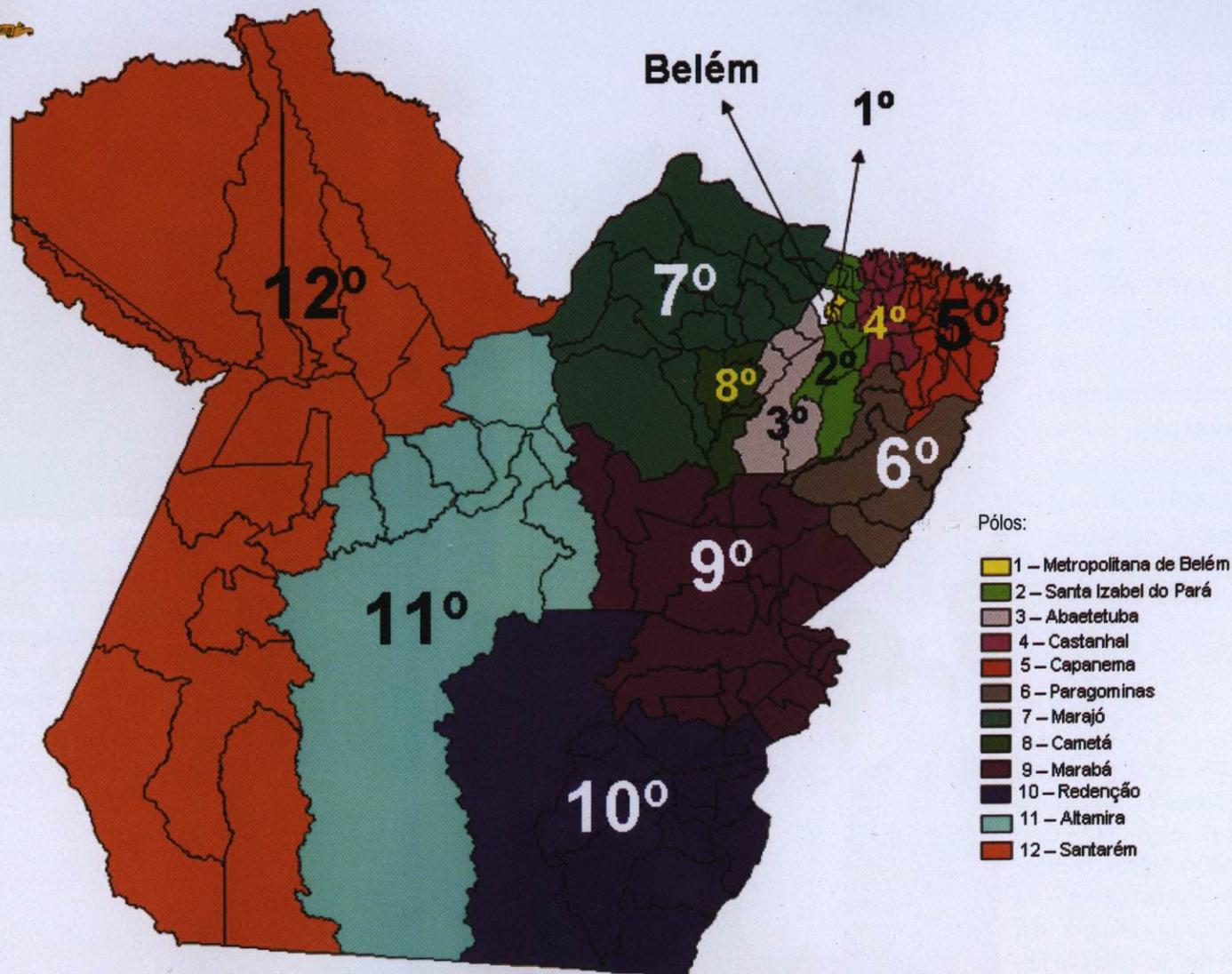
conta a acessibilidade, distância entre municípios, atividades econômicas e o movimento forense em todo o Estado.

Assim, a revisão da Regionalização Judiciária visou à racionalização da administração da Justiça, de modo a garantir a efetiva prestação jurisdicional, culminando com a edição da Resolução n.º 017/2007, do Tribunal de Justiça do Estado, que estabeleceu a partir de 30 de maio de 2007, a regionalização judiciária vigente.





PÓLOS JUDICIÁRIOS DO PARÁ



Apoio à Magistratura

Objetivando propiciar padrões de excelência e suprir as demandas direcionadas pelos magistrados e demais servidores no que diz respeito aos estudos e pesquisas para atualização profissional, merece destaque a atuação da **Escola Superior da Magistratura** como instrumento estratégico para a capacitação de magistrados e servidores.



Escola Superior da Magistratura com espaços revitalizados para a capacitação de magistrados e servidores.



Desa. Albanira Bemerguy, Presidente do TJE e Des. Milton Nobre, Diretor da Escola Superior da Magistratura por ocasião do Curso de Capacitação em Gestão Pública

Cursos e Treinamentos

Discriminação	Carga Horária	Pessoal Treinado
O Juiz de Direito Substituto: Adequação à Estrutura e ao Funcionamento do Poder Judiciário	67	15
Treinamento no Sistema SAP XXI	10	15
As Relações Interpessoais no Trabalho	20	21
Noções da Organização do Judiciário Estadual e RJUE	10	22
Ética e Valores Humanos	20	15
Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado - Lei nº 5.810/94	20	88
Processo Eletrônico	20	180
Altos Estudos em Processo Civil	25	20
Curso de Formação para Pretendentes a Pais por Adoção	8	17
Curso Básico de Informática	40	10
Curso sobre Reformas Processuais	30	124
Curso sobre Execução Penal	4	15
Juizados Especiais - Aspectos Relevantes	6	63
Curso de Ementa e Relatório de Voto	6	82
Treinamento SAPXXI	15	13
Curso para Pretendentes a Pais por Adoção	12	14
Treinamento SAPCOR	9	21
Treinamento SAPXXI - Diretores de Secretaria das Varas da RMB	15	22
Seminário sobre Responsabilidade Civil	6	243
XVI Curso de Preparação à Carreira da Magistratura	715	100
Curso de Especialização em Direito Eleitoral	40	50

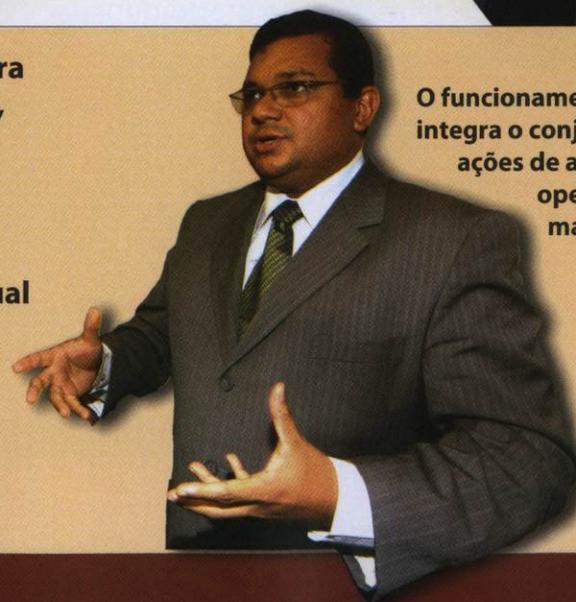
Fonte: Relatório da Escola Superior de Magistratura - 2007

A preocupação em propiciar aos magistrados apoio técnico-jurídico e técnico-administrativo, visando a oferecer subsídios que facilitem o desempenho da missão primordial da Instituição, a prestação de serviços jurisdicionais, justificou a criação da Central de Apoio aos Magistrados - CAM, através da Resolução nº. 007/2007-GP, que tem se consolidado como um instrumento eficaz de consultas, sobretudo para os magistrados que atuam em primeira, segunda e terceira entrâncias. As ações implementadas tiveram como vertente principal a melhoria da prestação jurisdicional, no que se refere à qualidade dos serviços e a celeridade necessária, dentro das limitações existentes.

Central de Apoio aos Magistrados



A Central de Apoio à Magistratura – CAM, foi criada para consultas, sobretudo dos magistrados que atuam em primeira, segunda e terceira entrâncias. Constituem-se, também, medidas adotadas com vistas à celeridade processual e melhora da atuação do Judiciário no interior do Estado, sobretudo nas áreas de maior conflito social.



O funcionamento da CAM integra o conjunto de ações de apoio técnico-operacional aos magistrados

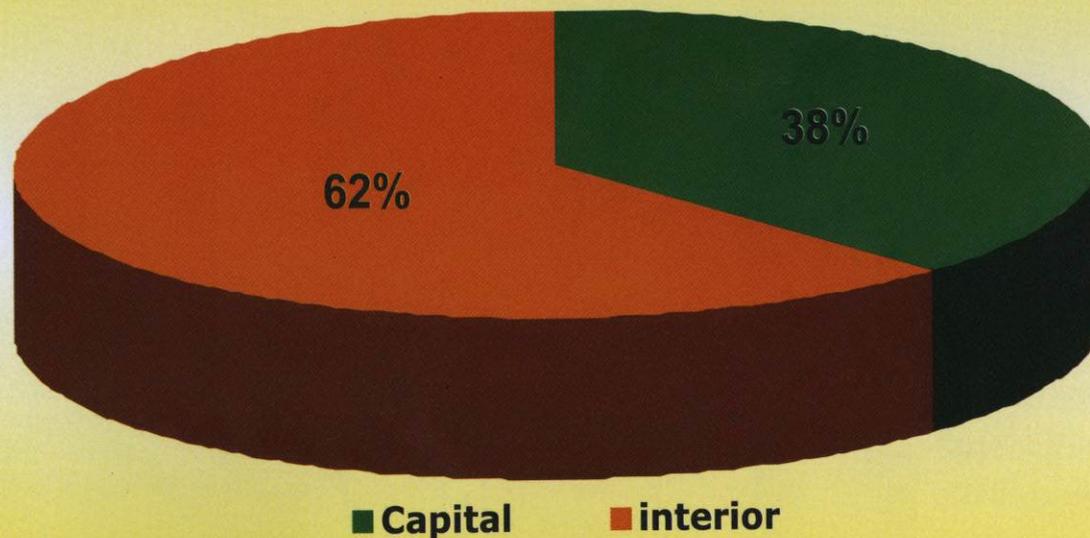
Número de Magistrados Atendidos pela CAM - 2007

Atendimento	Meses									
	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Capital	18	26	23	17	16	27	31	43	28	15
Interior	37	30	50	36	40	50	55	48	44	14
Total	55	56	73	53	56	77	86	91	72	29

Fonte: Assessoria Técnica Administrativa – CAM
 Nota: Dados coletados de março a 19 de dezembro de 2007

A Central apresenta, clara e objetivamente, o resultado das ações implementadas, de forma sintetizada, demonstrando que a concentração de esforços foi ao encontro do fiel princípio da aplicação da Justiça para todos, de forma equânime, célere e, sobretudo, cada vez mais próxima do jurisdicionado.

Porcentagem de Magistrados Atendidos (Capital/Interior) 2007



Fonte: Assessoria Técnica Administrativa da CAM

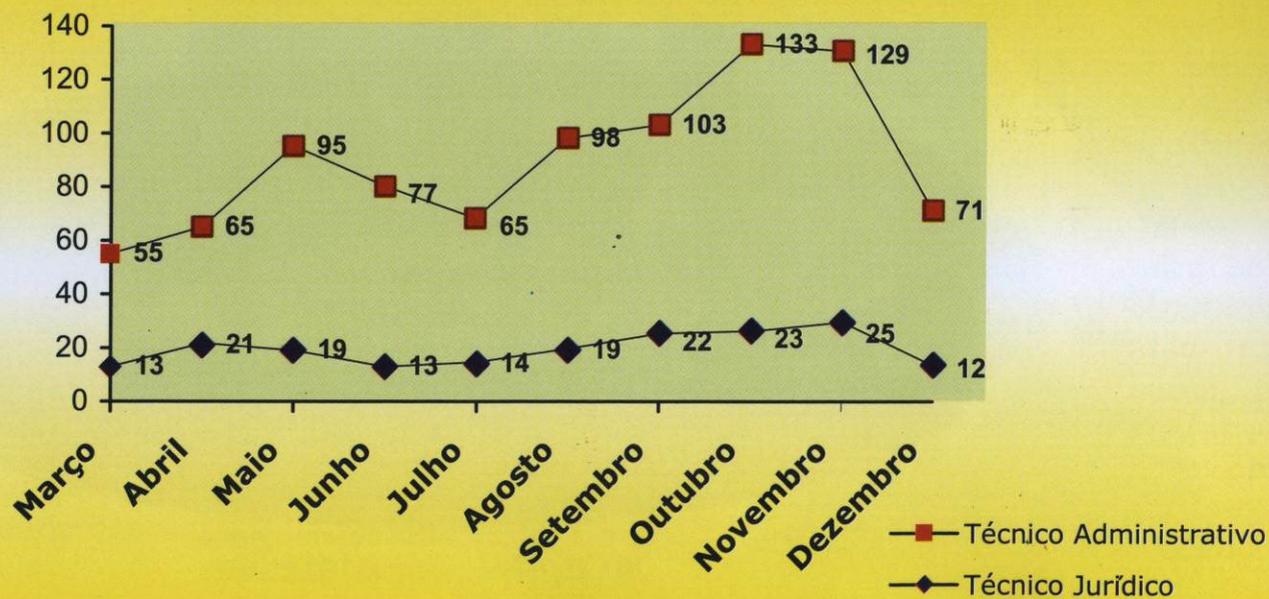
Serviços Prestados aos Magistrados – 2007

Serviços	Meses									
	Mar	Abr	Maio	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Téc. Administrativo	55	65	95	77	65	98	103	133	129	71
Tec. Jurídico	13	21	19	13	14	19	22	23	25	12
Total	68	86	114	90	79	117	125	156	154	83

Fonte: Assessoria Técnica Administrativa – CAM

Nota: Dados coletados de março a 19 de dezembro de 2007

Serviços Prestados aos Magistrados - 2007



Fonte: Assessoria Técnica Administrativa da CAM



Desa. Albanira Bemerguy confiou ao juiz Marco Antonio Lobo Castelo Branco, a coordenação da Central de Apoio ao Magistrado-CAM.

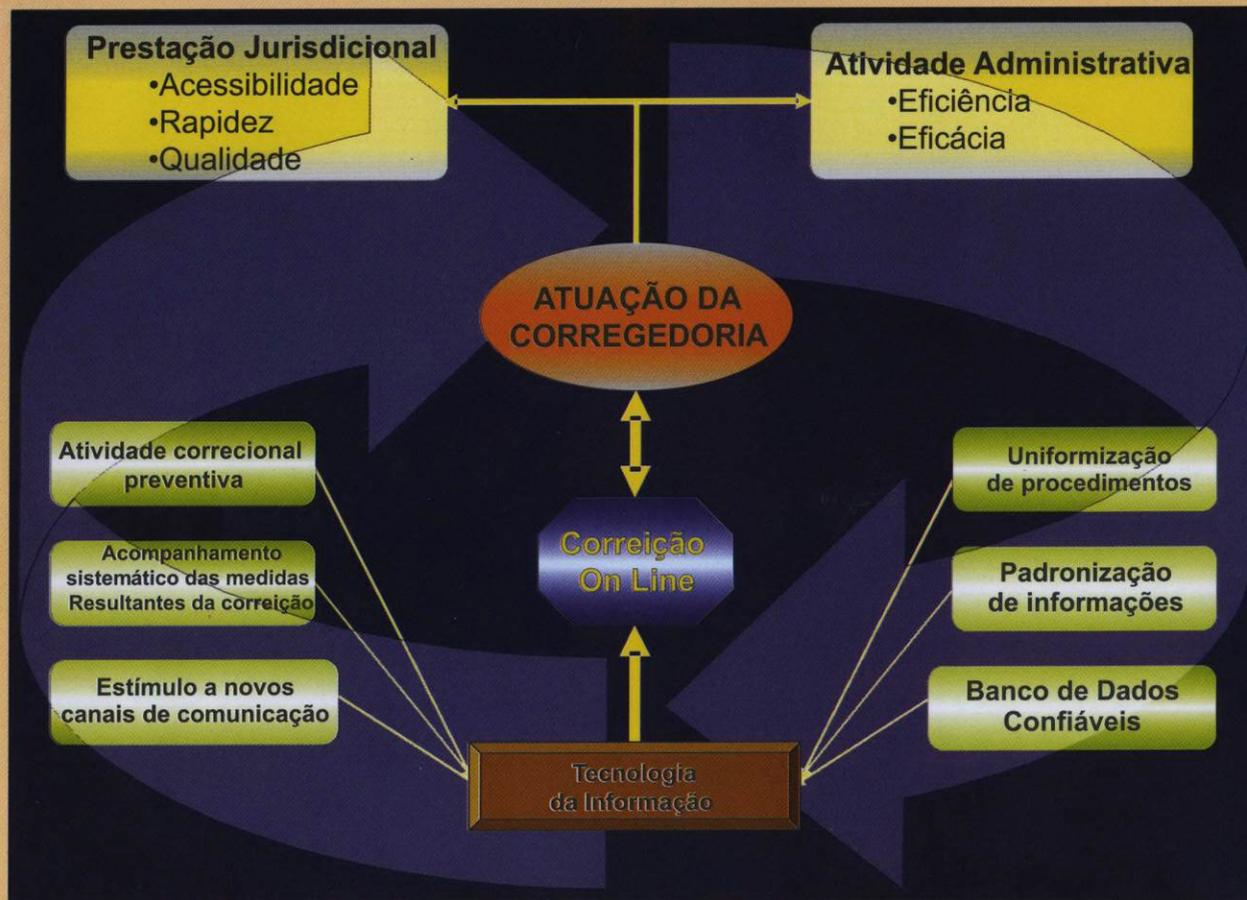
Atuação das Corregedorias

Corregedoria das Comarcas da Região Metropolitana de Belém

O trabalho da Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém no ano 2007 demonstra, de forma transparente, a sua atuação como órgão de controle da atividade disciplinar e com a incumbência de zelar pelo bom desempenho da atividade judiciária no âmbito da Região Metropolitana de Belém.

As ações levadas a efeito no período foram estruturadas em projetos, estabelecendo metas e, na quase totalidade, estão em pleno andamento, de forma que os resulta-

dos alcançados permitirão consolidar a atuação da Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém no sentido de alcançar a máxima eficácia operacional na busca da prestação jurisdicional.

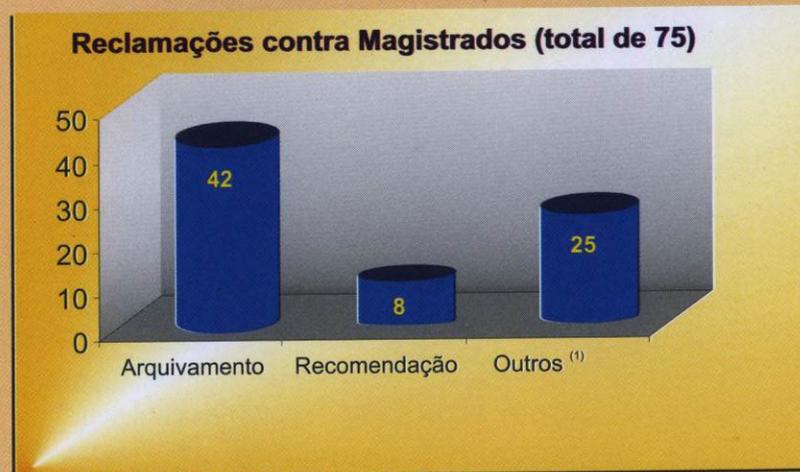


DEMANDAS À CORREGEDORIA

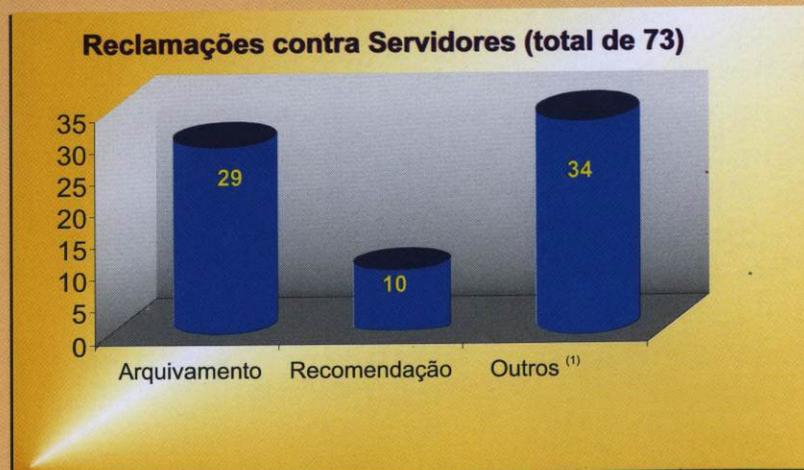
Dentre as competências da Corregedoria, está a de receber denúncias, reclamações e representações relativas aos magistrados, servidores e cartórios extrajudiciais, formuladas por qualquer interessado, desde que devidamente identificado. No ano 2007, as demandas apresentadas à Corregedoria assim se comportaram:



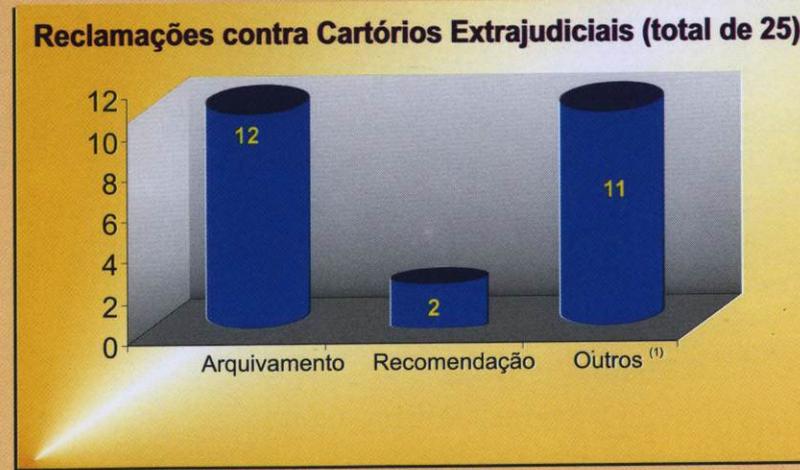
Fonte: Corregedoria da Região Metropolitana de Belém



Fonte: Corregedoria da Região Metropolitana de Belém
(1) Pad/ Sindicância/ Orientação/ Em tramitação



Fonte: Corregedoria da Região Metropolitana de Belém
(1) Pad/ Sindicância/ Orientação/ Em tramitação



Fonte: Corregedoria da Região Metropolitana de Belém
(1) Pad/ Sindicância/ Orientação/ Em tramitação

RELATÓRIOS GERENCIAIS

A fim de subsidiar as ações correicionais, inclusive de banco de dados, mostrou-se necessária a obrigatoriedade da atualização com alimentação diária do Sistema SAPXXI, convergindo as informações para uma única fonte, qual seja, o próprio Sistema. Essa obrigação foi materializada com a edição do Provimento n°. 001/07-CJRMB.

Com o apoio da Secretaria de Informática do Tribunal, gestora do SAPXXI foi implantado um Projeto que possibilita a captura de dados a partir de diferentes bases.

Esse sistema possibilita a emissão de relatórios gerenciais, por meio dos quais tanto o Juiz quanto o Diretor de Secretaria podem ter uma visão geral do movimento da Unidade Judiciária que está sob sua responsabilidade.

Abaixo, apresenta-se uma amostra dos relatórios já disponíveis, tendo sido viabilizada a criação de novos modelos, que adotam fórmulas específicas considerando as variáveis ocorrências e tempo, sendo possível, inclusive, o desdobramento de cada um dos relatórios, visando a obtenção de resultados minuciosos acerca das diversas demandas apresentadas, vistas ao representante legal:

- Último Despacho Legal;
- Tramitação Interna – último trâmite;
- Tramitação Interna – local interno;
- Resenha de Despacho;

- Resenha de Processos;
- Relatórios de Armas;
- Processos em Movimento;
- Processos por tipo de Vara e Classe;
- Processos não devolvidos;
- Processos em andamento;
- Processos conclusos;
- Processos autuados;
- Processos arquivados;
- Histórico das partes;
- Estatísticos de juiz;
- Estatísticos de despachos;
- Audiências;
- Anual/mensal de distribuição/redistribuição.

O detalhamento obtido através dos relatórios proporciona ao gestor a identificação dos nós críticos, bem como induz à busca de soluções que objetivam dar maior celeridade à prestação jurisdicional e, em consequência, retorno satisfatório ao jurisdicionado, fortalecendo a credibilidade da Instituição junto à sociedade.

Com efeito, a partir da emissão de relatórios, pode-se fazer uma análise prévia da situação de cada vara, o que facilitou, sobremaneira, o processo de correição ordinária, haja vista que a grande maioria das situações foram identificadas pela Comissão Correcional.

CORREIÇÕES: Desa. Luzia Nadja do Nascimento com o Dr. José Antônio Cavalcante, no gabinete da Dra. Nadja Nara Cobra Meda, juíza da 3ª Vara Criminal





Desa. Luzia Nadja Guimarães do Nascimento
Corregedora da Capital



Des. Constantino Augusto Guerreiro
Corregedor do Interior

Corregedoria das Comarcas do Interior

A Corregedoria das Comarcas do Interior está presente em 103 Comarcas e 07 Termos Judiciais, tendo atuação em 63 Comarcas de 1ª Entrância, 40 de 2ª Entrância e 28 Juizados Especiais, além das 05 Varas Agrárias (2ª Entrância).

CORREIÇÕES GERAIS ORDINÁRIAS

Passaram por procedimento de correição 45 (quarenta e cinco) Comarcas e 3 (três) Termos Judiciais abaixo relacionadas e ocorrendo o retorno em 3 (três) Comarcas.

COMARCAS

Abaetetuba, Acará, Almeirim, Altamira, Augusto Corrêa, Baião, Bonito, Bujarú, Cametá, Capitão Poço, Concórdia do Pará, Curionópolis, Curuçá, Dom Eliseu, Garrafão do Norte, Igarapé-Açu, Irituia, Itaituba, Jacundá, Limoeiro do Ajurú, Mãe do Rio, Marabá, Maracanã, Marapanim, Melgaço, Mocajuba, Nova Timboteua, Ourém, Paragominas,

Parauapebas, Peixe-boi, Primavera, Rondon do Pará, Santa Luzia do Pará, Santa Maria do Pará, Santarém Novo, Santo Antônio do Tauá, São Caetano de Odivelas, São Domingos do Capim, São Francisco do Pará, Tailândia, Tucuruí, Ulianópolis, Vigia e Viseu.

TERMOS JUDICIÁRIOS

Colares, Inhangapi e Magalhães Barata.



FÓRUM DE ABAETETUBA

**MAPA DEMONSTRATIVO DO MOVIMENTO
DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA**

Descrição	Quantidade
Processos administrativos instaurados	37
Processos administrativos julgados	19
Representação oferecida perante o conselho da Magistratura sindicâncias instauradas	03
Sindicâncias julgadas	41
	35

Fonte: Corregedoria das Comarcas do Interior

Descrição	Quantidade
Avisos expedidos	037
Editais expedidos	014
Memorando expedidos	015
Ofícios circulares expedidos	157
Ofícios expedidos	4.505
Portarias expedidas	185
Resenhas expedidas	106
Requisições de material de consumo	76

Fonte: Corregedoria das Comarcas do Interior

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Descrição	Quantidade
Provimentos	5
Provimentos Conjuntos	5
Instruções	2
Ofício Circular	12

Fonte: Corregedoria das Comarcas do Interior

MAPA DEMONSTRATIVO DO MOVIMENTO DA DIVISÃO JUDICIÁRIA

Descrição	Quantidade
Expedientes recebidos pelo protocolo e devidamente despachados	9.565
Autuações	52
Autos de solicitação	01
Ajuda de custo	61
Consulta	36
Certidão de tempo de serviço	01
Expedientes diversos	68
Informação de reenvio de carta precatória	01
Pedido de autorização	03
Pedido de autorização para morar fora da sede da comarca	01
Pedido de autorização para incineração de documentos	01
Pedido de averbação de tempo de serviço	03
Pedido de cancelamento de matrícula	01
Pedido de contagem de tempo de serviço	12
Pedido de diárias	87
Pedido de desbloqueio de matrícula	01
Pedido de efetivação	01
Pedido de férias	217
Pedido de instalação de cartório	05
Pedido de instalação de comarca	01
Pedido de instalação de sucursal	01
Pedido de licença	04
Pedido de nomeação	01
Pedido de orientação	02
Pedido de providências	193
Pedido de reativação de cartório	01
Pedido de reconsideração	01
Pedido de recontagem de tempo de serviço	05
Pedido de remoção de funcionários/serventuários	25

continua...

MAPA DEMONSTRATIVO DO MOVIMENTO DA DIVISÃO JUDICIÁRIA

Descrição	Quantidade
Pedido de transferência de preso	233
Processo administrativo	19
Promoção	54
Reclamação correicional	05
Recurso administrativo	02
Reintegração ao cargo	01
Remoção	81
Representação	17
Requerimento	01
Sindicância	35
Solicitação de criação de varas	02
Solicitação de informação de autenticidade de autorização de desbloqueio de matrícula	01
Aviso	36
Correições realizadas	51
Decisões proferidas	947
Edital	16
Instruções	01
Memorando expedidos	10
Ofícios circulares expedidos	135
Ofícios expedidos	4.505
Pareceres proferidos pela assessoria jurídica	1.235
Portarias expedidas	192
Provimentos	05
Provimento conjunto	03
Processo administrativo disciplinar instaurado	37
Resenhas	88
Recurso ao Conselho da Magistratura	03
Sindicância instaurada	41

Expansão dos Serviços Judiciais

No exercício de 2007, a expansão dos serviços judiciais foi viabilizada através de investimentos da ordem de R\$ 10.290.631,79, sendo 58% em infra-estrutura física, 24% em tecnologia de informação e 18% em infra-estrutura patrimonial, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Investimentos Realizados - 2007

Discriminação	R\$	%
INFRA-ESTRUTURA FÍSICA	5.979.695,92	58,00
<u>Atividade Jurisdicional</u>	<u>5.775.218,89</u>	
<i>Capital</i>	3.296.679,30	
<i>Interior</i>	2.478.539,59	
<u>Atividade Meio (Capital)</u>	<u>204.477,03</u>	
INFRA-ESTRUTURA DE INFORMÁTICA	2.435.615,20	24,00
LOGÍSTICA DE APOIO	1.875.320,67	18,00
Total	10.290.631,79	100,00

Fonte: DEAM/Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças -TJE

Comarcas Instaladas

Goianésia do Pará

Já era sede de Comarca, porém em função de um incêndio ocorrido em 2005, estava sem espaço físico para a prestação jurisdicional. As demandas

jurisdicionais, em torno de 3.000 processos, estavam sendo atendidas pela Comarca de Jacundá.

Em parceria com o Poder Municipal foi possível instalar a Comarca, em outubro de 2007.



Instalação da Comarca de Goianésia do Pará (região sudeste do Estado), presidida pelo Corregedor de Justiça das Comarcas do Interior, Des. Constantino Guerreiro.

Canaã dos Carajás

Município localizado no sul do Estado do Pará que tinha sua demanda jurisdicional atendida pela Comarca de Parauapebas, a uma distância aproximada de 86km. A localização do município, próxi-

ma a jazidas de cobre e níquel, em exploração pela Companhia Vale do Rio Doce, vem induzindo um fluxo migratório, que aumentou as demandas jurisdicionais em decorrência dos conflitos sociais daí derivados, motivando a instalação da Comarca em Canaã dos Carajás, dia 30/11/2007.



Solenidade de inauguração do Fórum de Canaã dos Carajás, começou com os hasteamentos do Pavilhão Nacional e Bandeiras do Estado e do Município. Na foto ao lado, Drs. Ângela e Egydio Salles Filho descerram a fita inaugural do prédio do Fórum, que recebeu o nome do patrono Egydio Salles.



CRIAÇÃO DE VARAS ESPECIALIZADAS:

Outro grande destaque do Programa de ação da atual administração do Tribunal de Justiça é relativa ao fortalecimento das áreas da infância e adolescência e da Fazenda Pública que mereceram inclusive a criação de varas especializadas:

INSTALAÇÃO DE VARAS EM COMARCAS JÁ EXISTENTES:

Do mesmo modo, prosseguiu-se com a interiorização das ações da justiça, marcadas pela instalação de novas Varas nas Comarcas de Marabá, Xinguara e Parauapebas.

INTERIORIZAÇÃO DO PROJETO DE PENAS E MEDIDAS

ALTERNATIVAS, NAS COMARCAS:

Esse processo de interiorização da justiça é complementado pela implementação do Projeto de Penas e Medidas Alternativas, o que já está sendo colocado em prática nas Comarcas de Breves, Itaituba, Marabá, Santarém e Soure.

Instalação da
Vara de Feitos
da Fazenda
Estadual



Desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro profere discurso, durante instalação da 2ª Vara da Comarca de Xinguara. Ao lado, o juiz auxiliar, Dr. Roberto Gonçalves Moura acompanhado de autoridade local.



Infra-estrutura Física

Para garantir o pleno funcionamento da infra-estrutura judiciária, foram realizados investimentos em novas obras e em obras de reformas e

adaptações, não só nas unidades jurisdicionais da capital, mas também nos fóruns de 44 municípios do interior do Estado.

Obras e Serviços Executados em 2007

Local	Serviços Executados	Valor Total (R\$)
Capital		3.296.679,30
Edifício Sede	Obras de reforma e adaptação, incluindo as realizadas no térreo para instalação do Departamento de Gestão de Pessoas e a construção do protocolo judicial 24 horas.	577.507,95
Escola Superior da Magistratura	Restauração de móvel, impermeabilização de paredes, aquisição e montagem de uma plataforma para transporte vertical de deficientes físicos e pessoas com mobilidade reduzida.	109.909,75
Fórum Cível	Obras de reforma e adaptação incluindo aquelas necessárias à instalação da 30ª Vara Civil, e das salas destinadas à comissão permanente de mutirões e da sala de audiências; instalação da nova rede elétrica e lógica no 2º andar e modernização da subestação.	2.238.682,98
Arquivo Geral	Obras de recuperação do sistema de refrigeração, impermeabilização dos rufos da cobertura e instalação de três condutores de água pluviais com tubos de 100 mm, revisão de calha e troca de telhas.	24.738,00
Anexo I, II e IV	Obras de reforma incluindo a aquisição e montagem de uma plataforma para transporte vertical de pessoas deficientes ou com mobilidade reduzida.	116.922,99
Fórum Distrital	Obras de reforma e manutenção, incluindo serviço de instalação elétrica de força, iluminação e tomadas estabilizadas e serviço de retirada de entulho, nos fóruns distritais de Icoaraci e Mosqueiro.	54.687,14
Juizados Especiais	Obras de reforma e adaptação dos juizados especiais do consumidor, do idoso e do Paar, incluindo à instalação de divisórias, confecção e instalação de grades, rampas e retirada de esquadrias de alumínio para instalação de aparelhos condicionadores de ar.	35.023,47
PROJUD	Obras de reforma e adaptação.	112.287,74
Diversos (TJE)	Serviços de metalurgia realizados em diversos setores, e manutenção predial, incluindo montagem e desmontagem de divisórias para serviço médico e odontológico e substituição de compressor da central do aparelho de ar condicionado da Ouvidoria Agrária.	26.919,28

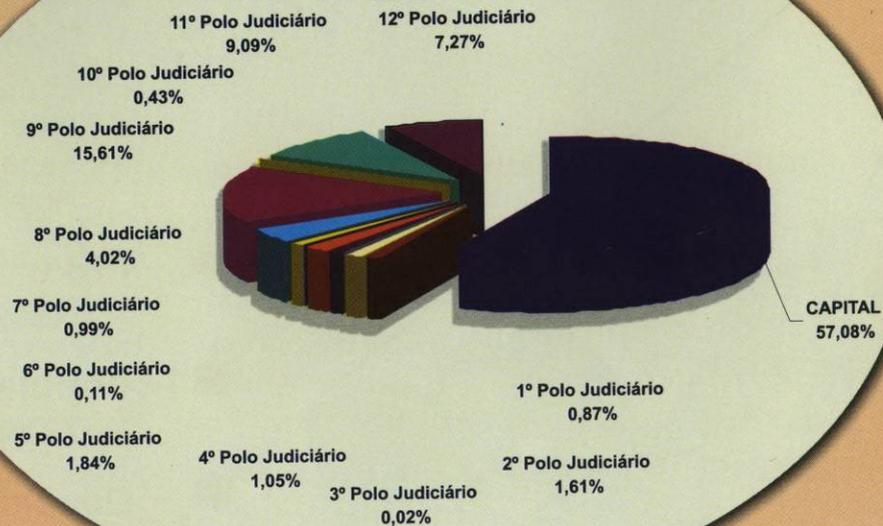
continua...

Local	Serviços Executados	Valor Total (R\$)
Comarcas do Interior		2.478.539,59
1º Pólo Judiciário	Obras de manutenção nos fóruns de Ananindeua, Benevides, Marituba .	49.978,14
2º Pólo Judiciário	Obras de manutenção nos fóruns de Santo Antonio do Tauá, São Caetano de Odivelas, Tomé -Açú e Vigia.	92.956,72
3º Pólo Judiciário	Obras de manutenção no fórum das Comarcas de Abaetetuba e Mojú.	1.410,00
4º Pólo Judiciário	Obras de manutenção dos fóruns de Castanhal, Maracanã, São Miguel do Guamá, Santa Maria do Pará.	60.773,82
5º Pólo Judiciário	Obras de Manutenção dos fóruns das Comarcas de Bonito, Bragança, Capitão Poço, Garrafão do Norte, Nova Timboteua, Peixe -Boi, Primavera.	106.306,26
6º Pólo Judiciário	Obras de Manutenção do fórum da Comarca de Dom Eliseu.	6.436,00
7º Pólo Judiciário	Obras de manutenção dos fóruns das Comarcas de Soure, Breves, Chaves e Melgaço.	57.116,83
8º Pólo Judiciário	Obras de manutenção dos fóruns das Comarcas de Limoeiro do Ajurú e Oeiras do Pará.	232.293,63
9º Pólo Judiciário	Obras de manutenção dos fóruns das Comarcas de Goianésia do Pará, Tucuruí, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Itupiranga, Marabá, Parauapebas, Rondon do Pará, São Domingos do Araguaia.	901.475,36
10º Pólo Judiciário	Obras de manutenção dos fóruns das Comarcas de Xinguara e Redenção.	24.871,90
11º Pólo Judiciário	Obras de manutenção dos fóruns das Comarcas de Altamira e Porto de Moz.	524.978,53
12º Pólo Judiciário	Obras de manutenção dos fóruns das Comarcas de Alenquer, Santarém e Itaituba.	419.942,40
Total		5.775.218,89

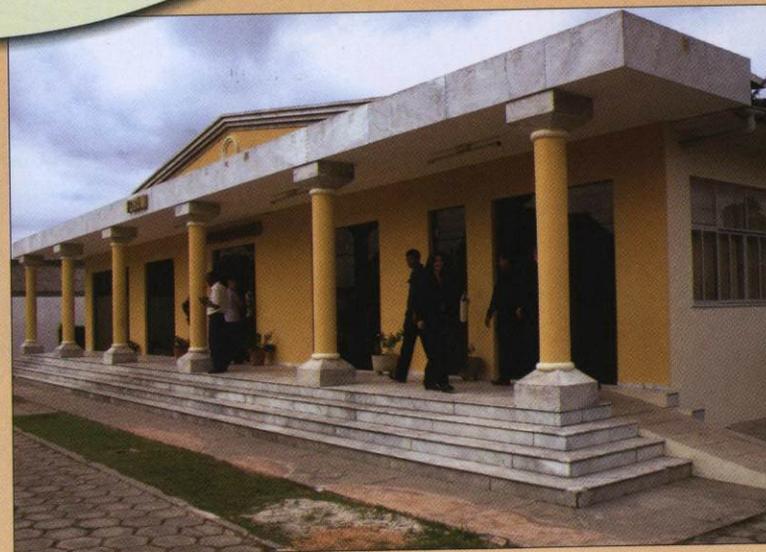
Fonte: DEAM/SEADTJE

INVESTIMENTOS REALIZADOS OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA FÍSICA

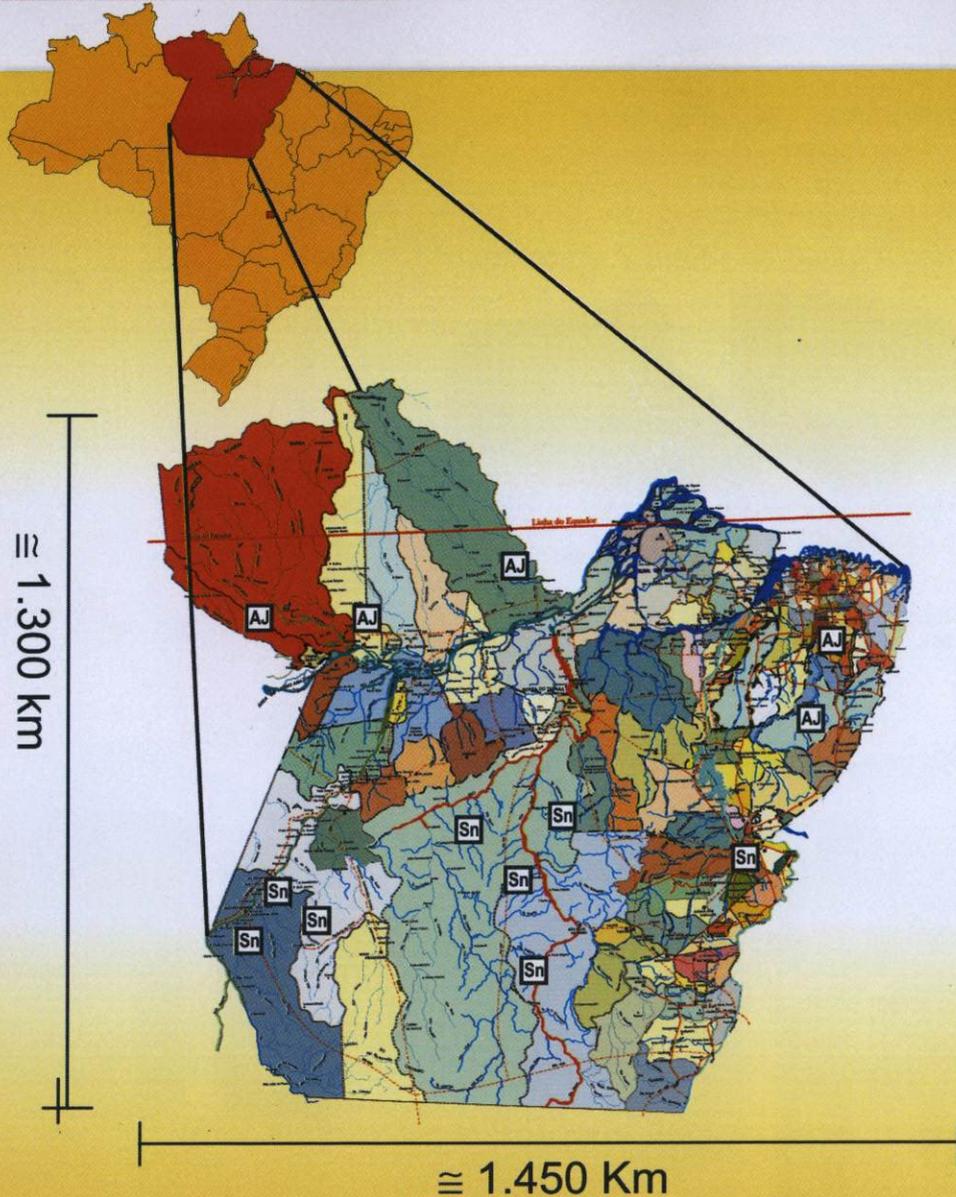
2007



Juizado Especial Cível e Criminal do Idoso



Fórum de Mosqueiro



Área

1.247.689 km²

2º maior estado brasileiro, com área equivalente a de Portugal, Espanha, Bélgica, Reino Unido, Holanda e Itália juntos.

PIB

R\$ 39,15 bilhões

População (estimada 2007)

7.065.573 hab.

Densidade demográfica

5,66 hab / km²

Renda per capita anual

R\$ 5,5 mil

Municípios

143

Comarcas

107

Fonte: IBGE, SEPLAN/Pa e Tribunal de Justiça do Estado

Enfrentando Desafios

No Pará, estado de dimensões continentais, acessibilidade complexa e grandes bolsões de pobreza, o grande desafio do Judiciário é aproximá-lo cada vez mais da população, na perspectiva da garantia de direitos e na prestação de serviços de

qualidade. Nesse sentido, conforme já enfatizado, é prioridade dessa gestão promover a interiorização, ao mesmo tempo que padronizam-se procedimentos para melhorar o atendimento aos jurisdicionados.

Na impossibilidade de atender à todas as demandas dirigidas à Justiça do Pará e, ao mesmo tempo para garantir e continuar melhorando o elevado conceito que o Tribunal de Justiça estadual já alcançou em nosso Estado e no país, é imperioso os recursos disponíveis, articulando os demais Poderes, nos âmbitos federal, estadual e municipal,



Desembargadora Albanira Bemerguy, logo após ser empossada Presidente do TJE, apresentou seu Programa de Ação



Ministra Ellen Gracie, Presidente do Supremo Tribunal Federal, que muito tem apoiado as ações do Poder Judiciário Estadual, ao lado da Desa. Albanira Bemerguy, Presidente do TJE

prosseguindo com os Programas de modernização iniciados em gestões anteriores e buscando novos parceiros nos seus superiores objetivos.

Estou cumprindo o Programa de Ações que submeti como proposta e que foi aprovado pelo Colegiado de Desembargadores e trabalhando para cumprir, também, as determinações do CNJ, tanto do ponto de vista da adoção de novos procedimentos quanto o de adequação de legislação, propiciando melhorar a tramitação dos feitos e o acompanhamento das ações destinadas a otimizar o desempenho organizacional.

Por outro lado, a atuação do CNJ para fazer com que os Tribunais de Justiça brasileiros se ajus-

tem aos novos contornos da atividade jurisdicional, associada à diversidade de problemas que necessitam de soluções com maior nível de especialização técnica, exige mudanças no modelo de gestão, não só para unificá-lo aos Tribunais do país inteiro (que hoje operam isoladamente), como para garantia de Justiça para todos.

Com base nesse contexto foi definido, para o biênio 2007-2009, o Programa de Trabalho, com objetivos e metas estabelecidos conforme o Plano Pluri-anual 2008-2011, referência obrigatória para o planejamento estratégico do TJE.

Juiz Federal Sérgio Tejada, Secretário Geral do CNJ, em Evento realizado no município de Santarém



Semana Nacional de Conciliação

Os resultados alcançados pela Justiça do Estado do Pará no que concerne à Semana Nacional de Conciliação, realizada no mês de dezembro, foram bastante expressivos. O movimento no Pará, fruto de grande mobilização antes e durante a semana, atendeu mais de 17 mil pessoas ao longo do evento. A Semana de Conciliação envolveu aproximadamente 2 mil pessoas entre servidores, colaboradores e conciliadores.

Do total de audiências realizadas 68% referiram-se a audiências de conciliação cível e 32% de audiências criminais.

A distribuição diária das audiências designadas e realizadas mostrou-se crescente durante a semana, atingindo um total de 15.426 audiências designadas para 8.267 audiências realizadas. (Gráficos 1 e 2).



Desas. Célia Regina e Maria de Nazaré Gouveia, coordenadoras do evento no Pará

GRÁFICO 1 - AUDIÊNCIAS CÍVEIS

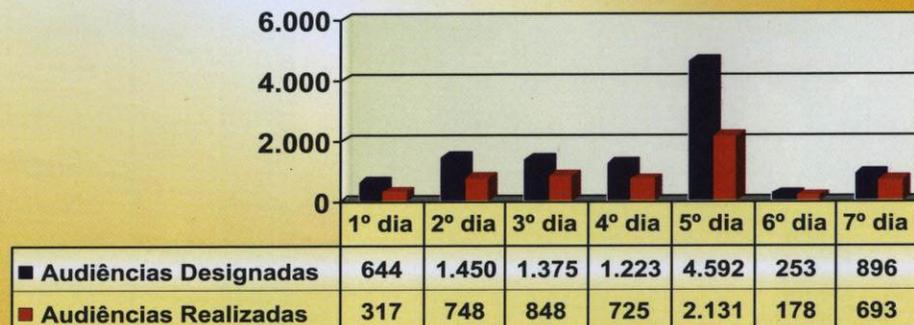
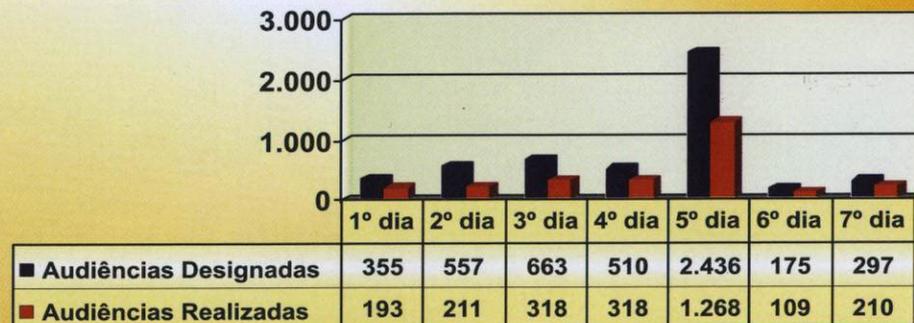


GRÁFICO 2 - AUDIÊNCIAS CRIMINAIS



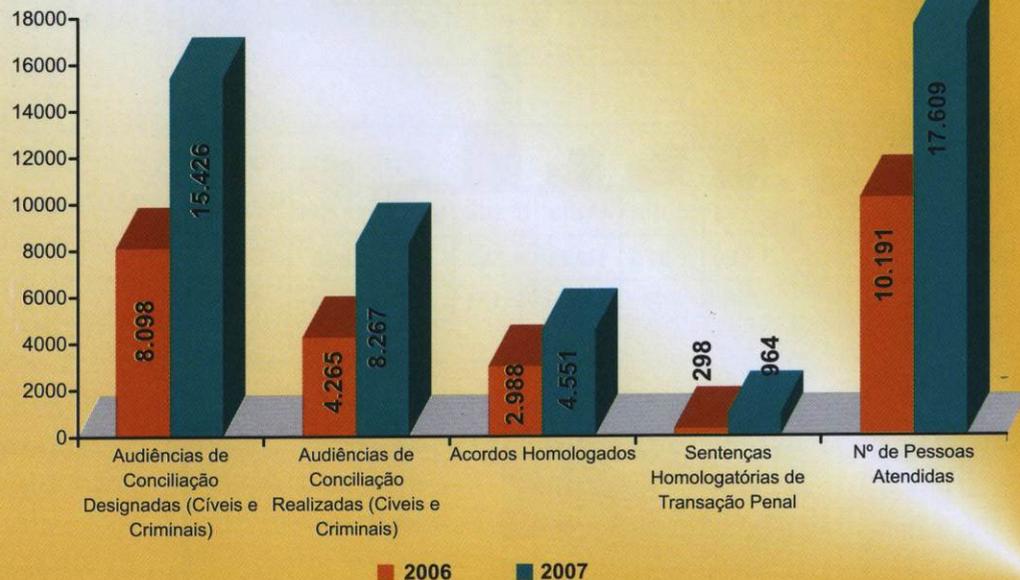
Fonte: Secretaria de Informática - TJE
 Tabulação: Coordenadoria de Estatística/SEPLAN - TJE
 Dados contabilizados até o dia 14/12/2007. Os dados relativos ao dia 14, para efeito de totalização, foram incluídos no 7º dia.

Os acordos homologados e as sentenças homologatórias de transação penal também se mostraram superior em 2007, quando comparados

com os resultados obtidos em 2006. O Gráfico a seguir demonstra essa afirmativa.

Durante a semana foram homologados 2.911

Semana Nacional de Conciliação Comparativo dos Resultados Alcançados (Dados Gerais)



Fonte: Secretaria de Informática – TJE
Tabulação: Coordenadoria de Estatística/SEPLAN - TJE

acordos cíveis, 964 sentenças homologatórias de transação penal e 676 composições civis.

A soma dos valores monetários dos acordos homologados atingiu cerca de R\$ 2,7 milhões.

No 1º grau de um total de 15.375 audiências designadas, tanto cíveis quanto criminais, mais de 8 mil audiências foram realizadas o que importou em 4.530 acordos obtidos o que denota um índice de acordo significativo em torno de 55%.

Quando se compara as audiências de conciliação designadas em 2007 com as realizadas em 2006, verifica-se um crescimento anual de 90%. O mesmo acontece em relação ao número de audiências de conciliação realizadas com crescimento em torno de 93%.

O atendimento em 2007, comparativamente a 2006, significou um aumento de 71%.

No 2º Grau do judiciário paraense a contribuição na semana contou com a homologação de 21 acordos.

O Índice de Acordos alcançado pela Justiça Paraense na Semana Nacional de Conciliação em 2007 foi um dos melhores do Brasil, situando-se entre os cinco primeiros melhores, segundo dados coletados juntos aos portais dos Tribunais de Justiça brasileiros, disponibilizados na Internet.

Outras informações relevantes fazem parte da “Operação Justiça e Cidadania” realizada no dia 08 de dezembro na Praça Batista Campos em Belém.

Desa. Albanira Bemerguy com as Coordenadoras da Semana da Conciliação, Desas. Nazaré Gouveia e Célia Regina Pinheiro, acompanhadas pelo Cel. Mário Uchôa, chefe da Coordenadoria Militar do TJE



A "Semana da Conciliação" de 2007 em Belém foi concluída com um dia inteiro dedicado a Operação Justiça Cidadania, em Batista Campos

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Movimento/Atendimento na Semana Nacional de Conciliação no 1º Grau
(2006/2007)

Itens	2006			2007		
	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total
Audiências de Conciliação Designadas (Cíveis e Criminais)	2.218	5.880	8.098	3.815	11.560	15.375
Audiências de Conciliação Realizadas (Cíveis e Criminais)	1.136	3.129	4.265	2.349	5.892	8.241
Acordos Obtidos	404	2.584	2.988	1.058	3.472	4.530
Sentenças Homologatórias de Transação Penal	6	292	298	55	909	964
Nº. de Pessoas Atendidas	1.798	8.393	10.191	5.387	12.100	17.487
Nº.de Palestras Realizadas	48	46	94	45	66	111

Fonte: Secretaria de Informática – TJE
 Tabulação: Coordenadoria de Estatística/SEPLAN – TJE

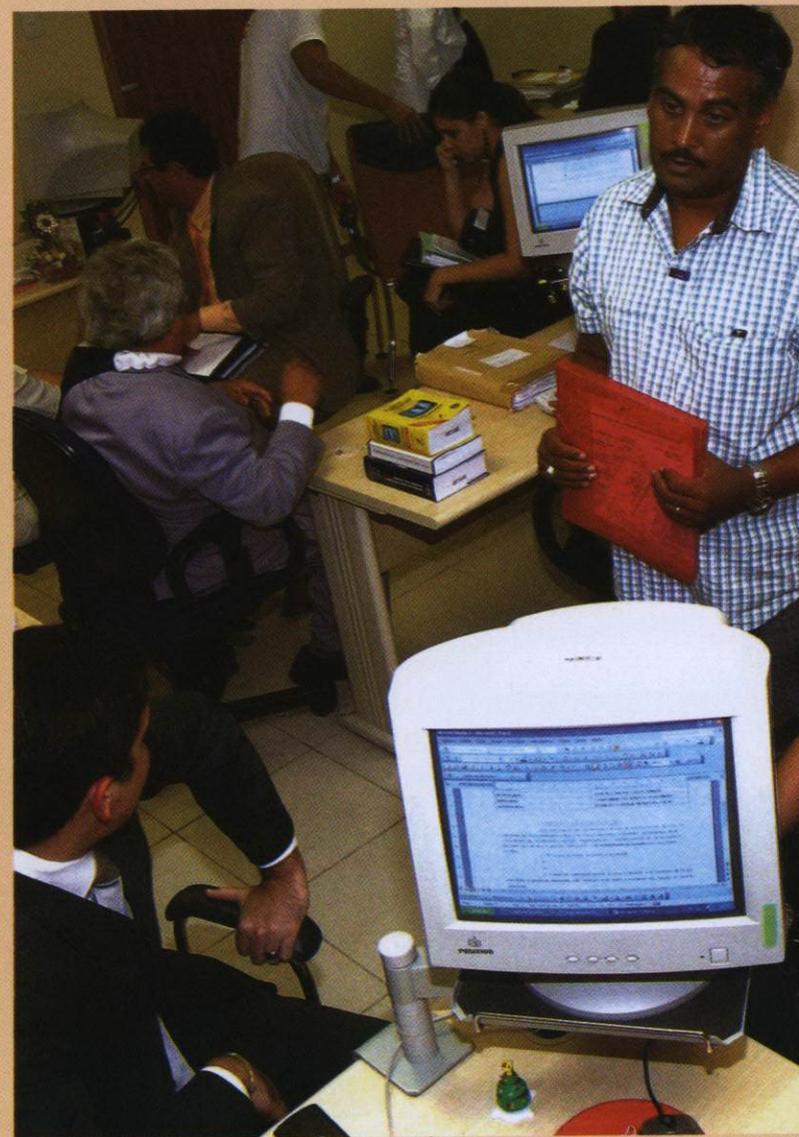
O TJE organizou, em parceria com outras Instituições e Órgãos Públicos, uma complexa logística de atendimento para a realização dessa Operação disponibilizando para esse fim, três ônibus que, juntos totalizaram 99 ações.

As ações mais procuradas foram as de retificação de registro de nascimento (32%), registro de nascimento fora do prazo (29%), divórcio consensual (11%), retificação de registro civil de óbito (7%), retificação de registro civil de casamento (5%), dentre outras.

A Delegacia Regional do Trabalho expediu 37 carteiras de trabalho, a Polícia Civil prestou 276 atendimentos, o Tribunal Regional Eleitoral registrou 161 atendimentos, a Defensoria Pública atendeu 111 pessoas e o Cartório do 2º Ofício expediu 39 certidões de nascimento.

Esses resultados alcançados refletem a experiência acumulada pelo Judiciário, revelando, também, maior conscientização das partes envolvidas no processo, além da motivação da população estimulada pela rapidez dos atendimentos.

O balanço que se chega é que o Judiciário paraense apresentou um excelente desempenho em relação à média nacional, referendando mais uma vez que **a conciliação é a melhor estratégia para o desfecho dos Litígios Judiciais e a busca pela Paz Social.**



A "Semana da Conciliação" de 2007 no Pará reeditou o bom desempenho experimentado na realização anterior, registrando resultados acima da média nacional

Tecnologia da Informação



O Protocolo Judicial Eletrônico, já funcionando permanentemente, foi mais um avanço na modernização tecnológica do TJE

Merece grande destaque os investimentos realizados na área de tecnologia da informação, cuja aplicação de R\$2.435.615,20 foram direcionados primordialmente para instrumentalização de meios para melhor prestação jurisdicional.

A reformulação do Portal do TJE foi avaliada pelos magistrados, modernizando a apresentação e enriquecendo o conteúdo, que passou a permitir acesso a mais informações e consultas sobre a tramitação processual, inclusive aos Acórdãos "on-line", bem como matérias relativas às atividades do Judiciário



Na área de infra-estrutura tecnológica e atendimento técnico a usuários, destacam-se:

- A atualização tecnológica do parque computacional através da aquisição de 625 computadores e 130 impressoras, distribuídos segundo diretrizes de interiorização e padronização;

- A elaboração de projetos de infra-estrutura lógica para reformas de instalações e novas Comarcas, bem como a manutenção e gerenciamento de toda a infra-estrutura de rede lógica e administração da rede de computadores do Poder Judiciário do Pará;

- A expansão e descentralização dos pólos de atendimento aos usuários dos recursos de informática, objetivando propiciar melhor apoio técnico e operacional às Comarcas do Interior do Estado;

- Implantação do novo Sistema de Atendimento a Usuários e Manutenção de equipamentos de informática, com abrangência em todo o Estado do Pará.

Na área de sistemas e aplicativos, relatamos o desenvolvimento e implantação de diversos serviços informatizados, dentre os quais destacam-se:

- Subsistema de Registro e Publicação de Acórdãos do 2º Grau, que propiciará a solução a médio prazo das dificuldades de acesso e busca à jurisprudência do TJE/PA;

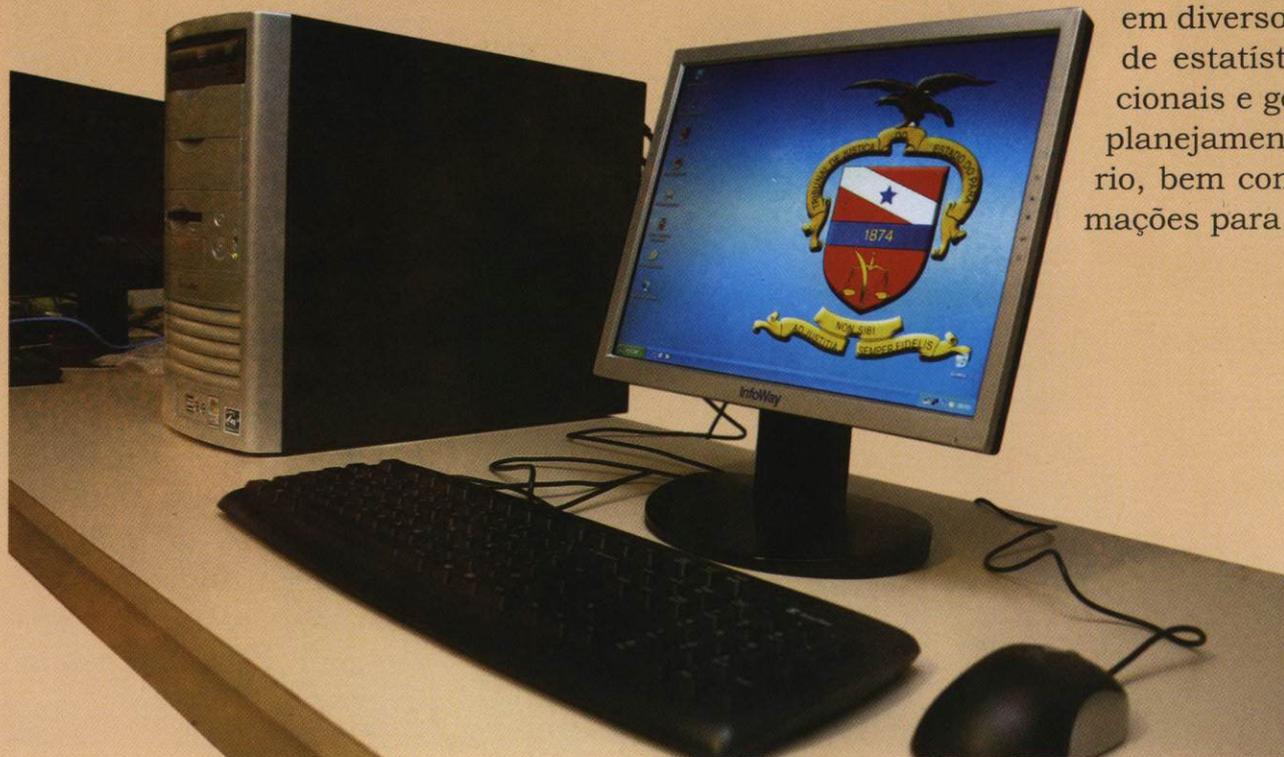
- Protocolo Judicial 24 horas com auto-atendimento,

no prédio sede do TJE, que propiciou o aumento da disponibilidade dos serviços judiciais;

- Novo portal internet, dando continuidade ao aperfeiçoamento e disponibilização de serviços “on-line” aos jurisdicionados, com design moderno e novos serviços de acesso à informações;

- Informatização do controle dos atos praticados pelos cartórios extrajudiciais, através dos módulos de Comercialização de Selos de Autenticidade e Monitoramento de atos praticados, no âmbito do Sistema de Arrecadação;

- Por fim, destacamos o desenvolvimento e aperfeiçoamento de funcionalidades em diversos sistemas para geração de estatísticas e relatórios operacionais e gerenciais necessários ao planejamento e gestão do Judiciário, bem como a produção de informações para o CNJ.



Logística de Apoio

O controle patrimonial enquanto fruto da Logística de Apoio implementada pela Unidade de Patrimônio deste Tribunal possui fases importantes que perpassam pela obtenção, armazenamento, transporte, distribuição e manutenção de todo o complexo de bens materiais, numa inter-relação com todos os segmentos da instituição.

Com foco na dimensão de suas atividades e nas exigências legais que norteiam suas ações, buscando melhor qualidade com menor custo, o TJE através da Unidade de Patrimônio investiu em 2007, na aquisição de bens e materiais permanentes e de consumo destinados a atender as demandas das diversas áreas, limitadas entretanto, a disponibilidade orçamentária deste Poder.

Assim, foram viabilizadas aquisições entre outros, de 10 motocicletas; 10 automóveis Ford Fiesta; 3 Kombis e 13 lanchas.

A renovação e ampliação da frota de veículos do Poder Judiciário, inclusive lanchas operacionais, integram as medidas destinadas a tornar mais efetivas as ações projetadas para a melhoria do funcionamento do Judiciário e da prestação jurisdicional no Estado





O Programa de Qualidade de Vida no Trabalho (PQVT) teve o objetivo de valorizar e motivar o servidor do Judiciário, refletindo no bem-estar geral.

Ações Administrativas

As atividades desenvolvidas pela Secretaria de Administração durante o exercício de 2007 refletem o compromisso do Tribunal de Justiça do Estado do Pará em prol de uma gestão eficiente, eficaz e efetiva, visando ao cumprimento das metas estabelecidas para o biênio 2007/2009.

A importância estratégica das ações desenvolvidas está consubstanciada pela missão de se constituir um suporte administrativo necessário à prestação de serviços aos jurisdicionados, com mais eficiência e melhor eficácia.

Na área de Licitações e Contratos, durante o período de janeiro a dezembro de 2007, foram efetuados 96 (noventa e seis) procedimentos licitatórios que resultaram em uma economia em comparação com os valores estimados de aquisição, de 4,05 milhões, o que corresponde a 21,64% do total previsto. Na modalidade pregão este valor se situou em R\$ 3,6 milhões, representando um percentual de 27,02%. Nos procedimentos convencionais a economia foi superior a R\$ 692 mil, correspondendo ao percentual de 10,99% em relação ao previsto.

Registra-se que nesses procedimentos inexis-

tem demandas judiciais, e o baixo índice de interposição de recursos administrativos e impugnações, evidencia a preocupação deste Tribunal na formulação dos editais, observando sempre aos princípios basilares da Administração Pública, com ênfase na celeridade e economicidade dos procedimentos licitatórios.

Na área de Patrimônio e Serviços foram desenvolvidas atividades voltadas a dotar as demais unidades do Poder Judiciário dos meios necessários ao seu funcionamento no que se refere à gestão e aquisição de bens móveis, imóveis, materiais de consumo e equipamentos. Ressalta-se aqui a implementação do Sistema de Registro de Preços, que proporcionou agilidade na aquisição de materiais e equipamentos, facilitando o planejamento das compras e a reposição dos estoques.

Na administração de Transportes foi efetuado o aperfeiçoamento do CTF – Controle Total de Frota – sistema de abastecimento de combustível da frota do TJE/PA, possibilitando maior controle e como consequência, redução significativa dos custos com combustível.